



UFRPE

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

TALITA SANTOS GUEDES DE MORAIS

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS PERSPECTIVAS TEÓRICO-
PRÁTICA DE DOCENTES**

RECIFE

2025

TALITA SANTOS GUEDES DE MORAIS

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS PERSPECTIVAS TEÓRICO-
PRÁTICA DE DOCENTES**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para obtenção do título de Licenciado/a em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Tenório Salvador

RECIFE

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO**TALITA SANTOS GUEDES DE MORAIS****AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS PERSPECTIVAS TEÓRICO-
PRÁTICA DE DOCENTES**

Data da Defesa: ____ / ____ /2025

Horário: ____ horas

Local: Sala _____ - UFRPE

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Tenório Salvador - Orientadora/ Presidente

Prof.^a Dra. Michelle Beltrão Soares Sales - Examinadora Interna

Prof.^a Dra. Dilian da Rocha Cordeiro - Examinadora Externa

Resultado: () Aprovado/a

() Reprovado/a

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

M828a Morais, Talita Santos Guedes de.

Avaliação na educação infantil: as perspectivas teórico prática de docentes / Talita Santos Guedes de Morais. – Recife, 2025.
71 f.

Orientador(a): Maria Aparecida Tenório Salvador.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Pedagogia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Avaliação da aprendizagem . 2. Educação infantil. 3. Professores.
4. Prática de ensino 5. Ensino - Metodologia. I. Salvador, Maria Aparecida Tenório, orient. II. Título

CDD 370

AGRADECIMENTOS

A Deus, expresso minha mais profunda gratidão. A Ele dedico toda honra, glória e louvor, por ter-me concedido graça, sabedoria e força ao longo da minha vida. Sua proteção constante, contra os males visíveis e invisíveis, foi essencial em meus deslocamentos diários entre o lar, a universidade e os estágios que realizei desde o primeiro período do curso de Licenciatura em Pedagogia. Agradeço a Ele por ter me guiado com discernimento, permitindo que eu preservasse minha essência diante dos desafios e permanecesse fiel aos valores que me constituem. Chegar ao término desta etapa representa não apenas a realização de um sonho, mas a confirmação de um propósito maior: ser professora. Um propósito que transcende o âmbito pessoal e se inscreve nas dimensões política, social e humanística da educação.

À minha família, expresso igualmente minha profunda gratidão, por serem alicerce firme e referência terrena. À minha mãe, Alesandra, minha maior incentivadora, cuja presença amorosa, disciplina constante, escuta atenta e palavras de encorajamento foram fundamentais para que eu jamais desistisse dos meus sonhos. Sua bênção diária, acompanhada da convicção de que a educação transforma, foi e é meu combustível diário.

Ao meu pai José, carinhosamente chamado por mim de Zequinha, sou grata por sua dedicação incansável, por me conduzir nas primeiras horas do dia até o ponto de ônibus, por seu apoio constante, pelas suas brincadeiras que tornaram os dias mais leves e, sobretudo, por me impulsionar em meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu irmão, Elton, agradeço pelos conselhos sempre diretos, precisos e oportunos, que me ajudaram a manter o foco em momentos decisivos. E o tio Givaldo, cuja presença transcende os laços familiares. Professor aposentado, com olhar sempre brilhante e inspirador, foi e continua sendo uma referência viva da docência como missão. Seu exemplo e suas palavras me motivam a seguir firme na educação, compreendendo que, embora árdua, essa jornada é profundamente transformadora.

Não poderia deixar de expressar minha sincera gratidão à minha amiga e parceira de jornada acadêmica, Alyne. Desde o primeiro mês de universidade, ainda em formato remoto devido à pandemia da Covid-19, caminhamos lado a lado,

enfrentando juntas os desafios que se apresentaram ao longo da graduação. Foram muitas as lutas, mas jamais desistimos. Com companheirismo, apoio mútuo e resiliência, conseguimos superar as adversidades e fortalecer nossa trajetória dentro e fora da universidade, sempre impulsionando uma à outra a seguir em frente. Alyne foi, e continua sendo, presença essencial nessa caminhada, marcada por aprendizado, superação e amizade.

Agradeço, com especial carinho, à minha orientadora de monografia, Maria Aparecida, por suas valiosas contribuições ao longo deste trabalho. Suas orientações foram fundamentais para a construção, desenvolvimento e conclusão desta pesquisa, sempre pautadas pela generosidade, rigor acadêmico e incentivo constante.

Agradeço também a mim mesma, Talita, por não ter desistido de mim, mesmo quando minha saúde foi abalada desde os primeiros passos na graduação. Em meio às adversidades diárias, permaneci firme na fé que me sustenta: Deus, que é o combustível que me move e me faz atravessar montanhas visíveis e invisíveis. Reconheço, com gratidão, que a docência é mais do que uma profissão, é uma missão que carrego com propósito e esperança.

Respeite as crianças, todas, inclusive aquela esquecida na sua memória. Sem crianças não há razão nenhuma para se acreditar num mundo melhor. As crianças não são o futuro, elas são o presente, e se ainda não aprendemos isso, somos nós, os adultos, que tiramos zero na escola.

(Sérgio Vaz, 2020, p. 18)

RESUMO

A presente monografia é resultado do processo investigativo, cujo objetivo geral consiste em compreender as perspectivas teórico-práticas de professoras que atuam na Educação Infantil da rede pública municipal de Igarassu-PE acerca da avaliação da aprendizagem. Desse modo, foi construída uma fundamentação teórica que discutiu o campo conceitual da avaliação da aprendizagem, identificando os marcos legais que orientam a Educação Infantil, estudando a avaliação mediadora e conceituando a documentação pedagógica e os instrumentos de registro presentes na primeira etapa da educação básica. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, utilizando observações e entrevistas semiestruturadas como instrumentos e meios de coleta de dados. A análise fundamentou-se na metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Desse modo, os resultados revelaram que, para as professoras participantes, a avaliação na Educação Infantil configura-se como uma prática contínua e contextualizada, que respeita os tempos das crianças e suas múltiplas formas de aprender, agir e interagir. Além disso, as concepções apresentadas articulam-se ao ciclo da avaliação mediadora proposto por Hoffmann (2015), especialmente no movimento contínuo de observação, reflexão e ação pedagógica. Assim, o estudo responde ao problema de pesquisa ao evidenciar as perspectivas das docentes sobre a avaliação da aprendizagem no contexto da Educação Infantil do município de Igarassu-PE.

Palavras-Chave: Avaliação da aprendizagem. Educação Infantil. Docência. Prática pedagógica.

ABSTRACT

This monograph is the result of an investigative process whose general objective is to understand the theoretical and practical perspectives of teachers working in Early Childhood Education in the municipal public school system of Igarassu-PE regarding learning assessment. Thus, a theoretical framework was constructed that discussed the conceptual field of learning assessment, identifying the legal frameworks that guide Early Childhood Education, studying mediating assessment, and conceptualizing pedagogical documentation and recording instruments present in the first stage of basic education. The methodology adopted was a qualitative approach, using observations and semi-structured interviews as instruments and means of data collection. The analysis was based on the Content Analysis methodology (Bardin, 2016). The results revealed that, for the participating teachers, assessment in Early Childhood Education is configured as a continuous and contextualized practice that respects the children's pace and their multiple ways of learning, acting, and interacting. Furthermore, the concepts presented are linked to the cycle of mediating assessment proposed by Hoffmann (2015), especially in the continuous movement of observation, reflection, and pedagogical action. Thus, the study answers the research problem by highlighting the teachers' perspectives on learning assessment in the context of Early Childhood Education in the municipality of Igarassu-PE.

Keywords: Learning assessment. Early Childhood Education. Teaching. Pedagogical practice.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Banco de Teses e Dissertações da CAPES.....	66
Quadro 2 - Síntese dos participantes da pesquisa.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica
DCNEIs	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ENO	Estágio Não Obrigatório
ESO	Estágio Supervisionado Obrigatório
GRE	Gerência Regional de Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
- Problema de pesquisa.....	13
- Objetivos da pesquisa: geral e específicos.....	13
- Justificativa da pesquisa.....	14
CAPÍTULO I: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
1. CONCEITUANDO A AVALIAÇÃO.....	16
2. A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS LEGAIS.....	18
3. AVALIAÇÃO MEDIADORA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
4. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: OS INSTRUMENTOS DE REGISTROS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	27
CAPÍTULO II: O CAMINHO METODOLÓGICO.....	31
1. NATUREZA DA PESQUISA.....	31
2. INSTRUMENTOS E MEIOS DE COLETA DE DADOS.....	31
3. CAMPO A SER PESQUISADO.....	33
4. PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	36
5. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS.....	37
CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS.....	39
1. AS CONCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	39
2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	47
3. INSTRUMENTOS DE REGISTRO UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	52
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE A – Levantamento de trabalhos realizado no Catálogo de teses e dissertações da CAPES.....	66
APÊNDICE B – Roteiro de observação.....	68
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com os/as professores/as.....	69
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	70

INTRODUÇÃO

No ambiente escolar, avaliar é uma prática pedagógica que está envolvida no processo de ensino e aprendizagem. Em qualquer nível da educação básica a avaliação envolve um ato de decisão do que fazer, devendo visar a qualidade do resultado que se está construindo, ou seja, deve contribuir com as decisões voltadas para a aprendizagem significativa dos educandos. Assim, avaliar resulta na coleta, análise e síntese dos dados que constituem o objeto da avaliação (Luckesi, 2011, p. 52).

Nas diversas etapas da educação, mas especificamente na Educação Infantil, as crianças não aprendem sozinhas, mas sim interagindo com outros adultos, crianças e objetos de exploração, sejam eles materiais estruturados ou não estruturados, ambientes dentro e fora da escola, num contínuo de descobertas pessoais. Sendo assim, a ação de avaliar na Educação infantil está intimamente ligada a um processo avaliativo no qual o(a) professor(a) tem por finalidade conhecer cada uma das crianças com as quais trabalha no exercício da docência. Como afirma Hoffmann (2015, p. 05), ao se referir sobre o papel do docente na Educação Infantil:

O papel do professor/avaliador é o de observar cada uma em suas ações e manifestações de pensamento, de interpretar o significado do que a criança revela em determinado momento e conversar, agir, orientar, desafiar a ponto de a criança estabelecer novas relações, associações, refletir sobre suas ideias e modos de agir, apropriando-se de novos conhecimentos.

De acordo com a afirmação acima o professor na Educação infantil é um avaliador constante, pois ao observar as crianças estará refletindo sobre suas ações e as desafiando em novas experiências para o desenvolvimento físico, moral e intelectual. Cabe aqui destacar que a concepção de criança segundo a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010, p. 12) é que elas são “sujeitos históricos e de direitos”, que através das experiências e interações constroem sua identidade pessoal e coletiva.

Dessa forma, a temática deste trabalho surgiu a partir de inquietações da pesquisadora e das experiências observadas no Estágio Não Obrigatório- ENO na Educação Infantil em uma escola da rede pública no município do Recife-PE, sobre como ocorria o processo avaliativo em turmas dos grupos III, IV e V, crianças entre

três a seis anos de idade, no período de março/2022 a abril/2023. Assim, ao cursar as disciplinas “Práticas Pedagógicas na Educação Infantil” e “Avaliação Educacional e da Aprendizagem”, oferecidas no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no terceiro e quarto períodos respectivamente, foi possível fazer uma reflexão, a partir das teorias e dos debates sobre a temática de avaliação sobre como as professoras da Educação Infantil realizavam a avaliação das crianças de três a seis anos de idade. Essas vivências, somadas às experiências formativas em estágios desenvolvidos em instituições públicas de Educação Infantil no município de Igarassu-PE, ao longo dos anos de 2023 a 2025, contribuíram para ampliar o olhar da pesquisadora sobre diferentes contextos institucionais e práticas pedagógicas relacionadas à avaliação da aprendizagem na primeira etapa da Educação Básica.

No contexto da educação infantil os(as) professores(as) dizem que avaliar as crianças significa acompanhá-las e observá-las todos os dias em seus processos de aprendizagem. Contudo, a avaliação na Educação Infantil não está resumida apenas ao acompanhamento e à observação por si só, mas vai além disso, contemplando a diversidade do contexto da sala de aula onde se encontram crianças de zero a seis anos de idade. Nesse sentido, segundo Hoffmann (2015, p. 9), na Educação Infantil há um ciclo de “um processo avaliativo mediador que envolve observação – reflexão – ação pedagógica, seguindo novamente para a observação – reflexão – ação pedagógica, numa circularidade ininterrupta”.

Considerando que a mediação do professor faz parte do processo avaliativo das crianças na Educação Infantil, envolvendo assim a observação, reflexão e a ação pedagógica, o presente trabalho tem como problema de pesquisa: Quais as perspectivas teórico-práticas das professoras sobre a avaliação na Educação Infantil?

Para conduzir o desenvolvimento desta investigação, foram enumerados os seguintes objetivos, geral e específicos:

Objetivo geral: compreender as perspectivas teórico-práticas de professoras que exercem a docência em instituições públicas de Educação Infantil da rede municipal de Igarassu-PE, acerca da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil.

Objetivos específicos:

- Identificar a concepção das professoras em relação à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil;
- Compreender a inserção da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil nas práticas pedagógicas das professoras;
- Descrever os instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados pelas professoras da Educação Infantil.

Espera-se, com este trabalho acadêmico, poder contribuir para compreensão acerca das percepções dos(as) professores(as) em relação à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e de como essa avaliação está sendo inserida na prática pedagógica no contexto da sala de aula.

Sendo assim, considerando os objetivos deste trabalho, o mesmo está organizado em três capítulos, ou seja, no primeiro encontra-se a fundamentação teórica acerca dos principais conceitos de avaliação da aprendizagem e de como a citada avaliação está sendo referenciada na Educação Infantil nos principais documentos oficiais do Brasil, e, ainda, a avaliação como mediadora nesta primeira etapa da Educação Básica. No segundo capítulo, contemplamos o delineamento metodológico da pesquisa, contendo: natureza da pesquisa, instrumentos e meios de coleta de dados, campo a ser pesquisado, participantes da investigação e processo de análise. O terceiro e último capítulo apresenta os resultados obtidos com o processo investigativo, ao lado de um diálogo com o campo conceitual estudado, buscando alcançar os objetivos propostos.

CAPÍTULO I: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O presente capítulo está composto por cinco tópicos, em que são apresentadas algumas concepções necessárias à compreensão do percurso teórico-metodológico da pesquisa, sendo eles: conceituando a avaliação; a avaliação na Educação Infantil: marcos legais; avaliação mediadora na Educação Infantil; e documentação pedagógica: os instrumentos de registro na Educação Infantil.

Dessa forma, foi realizada uma revisão de literatura a fim de identificar trabalhos acadêmicos e publicações realizados no período nos últimos cinco anos (entre 2019 a 2024), os quais estão relacionados com o tema de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, e que se encontram em bancos de dados como: Repositório Institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE e, especificamente, do curso de licenciatura em Pedagogia desta universidade; Scielo Brasil e; Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Durante o processo de seleção realizado no Repositório do curso de licenciatura em Pedagogia da UFRPE em janeiro de 2025, foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: Avaliação da aprendizagem e Avaliação na Educação Infantil, não sendo encontrado nenhum resultado. Contudo, utilizando as mesmas palavras-chaves no Repositório Institucional da UFRPE, foram encontrados 06 resultados, porém apenas um com a temática de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, cuja autora é Araújo (2019) e o título é “Avaliação na educação Infantil: entre a prática e as orientações curriculares oficiais”.

Já na Scielo Brasil, utilizando apenas a palavra-chave “Avaliação na Educação Infantil”, foram encontrados como resultado 238 trabalhos. Contudo, fazendo um refinamento utilizando os filtros de anos de publicação entre 2019 a 2024 e as palavras-chaves: Avaliação na Educação Infantil; Avaliação; Educação Infantil e; Avaliação da aprendizagem, foram encontrados 11 resultados. Porém, lendo os títulos, resumos e objetivos dos trabalhos apenas um tinha como tema avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, das autoras Esteban, Louzada e Fernandes (2021), sendo o título do trabalho “Processos avaliativos e docência na Educação Infantil: diálogos cotidianos”.

Em relação ao levantamento de trabalhos realizado no Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando apenas a palavra-chave “Avaliação na Educação Infantil” foram encontrados 897 resultados, contudo utilizando os mesmos filtros e palavras-chaves utilizados na pesquisa da Scielo Brasil, o número de trabalhos encontrados caiu para 18 resultados, sendo 11 trabalhos cujos os objetivos estão voltados para Avaliação da aprendizagem na Educação infantil (Apêndice A).

Sendo assim, a fundamentação teórica deste trabalho contemplou, também, os trabalhos de autores e autoras encontrados durante o processo de revisão de literatura, além da utilização de documentos oficiais que se referem especificamente à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil.

1. CONCEITUANDO A AVALIAÇÃO

Discutir sobre o campo conceitual da avaliação da aprendizagem é necessário para que se possa entender as diversas perspectivas dos professores da Educação Infantil sobre esta avaliação, visto que diferentemente das demais etapas da educação básica, isto é, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio, a Educação Infantil possui especificidades de ensino e, de aprendizagem, exigindo um processo avaliativo também específico.

Nos ambientes formais de educação, como as escolas, tem-se percebido diferentes opiniões sobre avaliação. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (DLP) da Academia Brasileira de Letras (ABL), a palavra “AVALIAÇÃO” é um substantivo feminino que deriva das palavras “avaliar” e “ação”, significando assim: “Determinação do valor, (...) da validade ou da legitimidade de algo. Com base em critérios, parâmetros e métodos preestabelecidos, segundo os objetivos da ação, a qual pode ser de natureza comparativa ou não”. Assim, podemos perceber que a própria definição da palavra avaliação possui uma pluralidade que integra a importância e veracidade de uma ação com base em critérios predeterminados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no seu artigo 24 determina que a avaliação deve ser “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, priorizando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período avaliativos”. Em outras palavras, a

avaliação nos aspectos qualitativos deve ter como centralidade a qualidade dos processos de compreensão dos alunos e da aprendizagem.

Segundo Libâneo (2006, p.199), “O entendimento correto da avaliação consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos”. Isto é, um aspecto quantitativo não deve ser maior que o qualitativo no processo avaliativo. Sobre a avaliação Libâneo (2006, p. 203) afirma:

Avaliação é um ato pedagógico. Nela o professor mostra as suas qualidades de educador na medida em que trabalha sempre com propósitos definidos em relação ao desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos face às exigências da vida social.

Dessa forma, de acordo com Luckesi (2011, p. 53), “a avaliação envolve um ato que ultrapassa a obtenção de configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer *ante* ou *com* ele”. Compreende-se, segundo os autores Libâneo (2006) e Luckesi (2011), que o conceito de avaliação está intimamente ligado às determinações de conduta do avaliador, como por exemplo o professor(a), a um posicionamento, seja ele positivo ou negativo, que irá atribuir valor ou qualidade a alguma coisa a partir de uma ação.

Contudo, vale salientar que a avaliação da aprendizagem, como prática formalmente organizada e sistematizada no contexto escolar, realiza-se segundo objetivos escolares implícitos ou explícitos, que, por sua vez, refletem valores e normas sociais (Chueiri, 2008, p. 51). Ou seja, a avaliação no ambiente escolar e no contexto de sala de aula não acontece separadamente do trabalho pedagógico, pois como afirma Chueiri (2008, p. 51):

No entanto, em qualquer nível de ensino em que ocorra, a avaliação não existe e não opera por si mesma; está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, ou seja, é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino.

Nesse sentido em que a avaliação não ocorre de forma isolada do trabalho pedagógico e sim o atravessa, Luckesi (2011, p.137) declara:

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meio alternativo e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo

de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação.

Dessa forma, compreende-se que a avaliação faz parte de um percurso de ação o qual é iniciado na ação do planejamento, buscando uma construção e desenvolvimento da qualidade da aprendizagem. Sobre planejamento e avaliação Luckesi (2011, p.184) afirma:

Assim, planejamento e avaliação são atos que estão a serviço da construção de resultados satisfatórios. Enquanto o planejamento traça previamente os caminhos, a avaliação subsidia os redirecionamentos que venham a se fazer necessários no percurso da ação. A avaliação é um ato de investigar a qualidade dos resultados intermediários ou finais de uma ação, subsidiando sempre sua melhora.

Como relatado na citação acima, o planejamento e a avaliação contribuem para a construção de resultados da aprendizagem das crianças, ou seja, são recursos que caminham juntos. Dessa forma, no contexto atual da educação básica precisa-se garantir aos sujeitos sociais habilidades e competências para a participação na sociedade econômica e cultural. Sendo assim, conceituar a avaliação a partir da perspectiva teórica que a considera processual e qualitativa é fundamental para se entender sobre a avaliação na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica.

2. A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS LEGAIS

Na Educação Infantil há documentos oficiais que se referem especificamente à avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento integral das crianças, sendo eles: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9394/1996); o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI – 1998); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs – 2010); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2018) e; a Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1/2024). Cada documento apresenta orientações para o processo avaliativo na Educação Infantil, havendo entre eles concordâncias, diferenças e complementações.

De acordo com a LDBEN (9394/1996), a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica que tem por sua finalidade o desenvolvimento integral (físico, intelectual, psicológico e social) da criança de até cinco anos de idade. A lei brasileira Nº 9394/96, no artigo 30 declara que a Educação Infantil será oferecida em creches

(crianças até três anos de idade) e pré-escolas (crianças de quatro a cinco anos de idade). Contudo, a LDBEN apresenta de forma sucinta a avaliação nessa etapa de ensino no inciso I do artigo 31, indicando que na Educação Infantil a avaliação deverá ocorrer “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (Brasil, 1996). É possível notar que há uma orientação sobre a avaliação na perspectiva do acompanhamento da criança, mas a LDBEN não se refere ao acompanhamento do trabalho e das práticas pedagógicas nessa etapa da educação.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 59), “a avaliação na Educação Infantil deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem para fortalecer a autoestima da criança”. Nesse documento a avaliação é um elemento indissociável no processo educativo, referindo-se ao trabalho pedagógico e ao planejamento do professor:

A avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo (Brasil, 1998, p. 59).

É possível perceber que no RCNEI (1998), a avaliação não trata apenas do acompanhamento da criança, mas também da prática do professor no processo avaliativo na Educação Infantil. O documento ainda pontua que o professor deve ter consciência de que a forma como a avaliação é compreendida, na instituição e por ele próprio, será de fundamental importância para que a criança possa construir uma representação positiva de si mesma (Brasil, 1998, p. 60). Nesse sentido o RCNEI (Brasil, 1998, p. 60), sobre a avaliação, afirma:

A avaliação também é um excelente instrumento para que a instituição possa estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo, identificar pontos que necessitam de maior atenção e reorientar a prática, definindo o que avaliar, como e quando em consonância com os princípios educativos que elege.

Dessa forma, segundo a afirmação acima a avaliação é um instrumento que sendo desenvolvido de forma sistemática e contínua serve para reorientar e melhorar a prática educativa.

Ao tratar sobre a avaliação na Educação Infantil as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) pontuam, que as instituições dessa etapa de ensino precisam “criar procedimentos para acompanhar o trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação” (Brasil, 2010, p. 29). Ou seja, o documento deixa claro que na Educação infantil o processo avaliativo não deve ser classificatório, mas sim voltado para o acompanhamento do desenvolvimento da criança e das práticas pedagógicas. No DCNEI (Brasil, 2010, p. 29) é listado o que deve ser garantido no processo avaliativo:

A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Diferentemente da LDBEN (9394/1996) e do RCNEI (1998), o documento das DCNEI (2010) ao falar sobre a avaliação na Educação infantil, traz consigo uma relação do que deve ser garantido ao acompanhar o desenvolvimento da criança e de como podem ser feitos os registros dentro do processo avaliativo. Contudo, as DCNEI (2010), também deixam claro, assim como a LDBEN (9394/1996), que a avaliação na Educação Infantil não tem o objetivo da promoção da criança. Dessa maneira, o documento explica que no processo avaliativo devem ser realizadas estratégias para os momentos de transições que serão vividos pelas crianças a partir da continuidade dos processos de aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2018) é um documento normativo para as redes de educação básica brasileira, que menciona sobre o acompanhamento das práticas do professor e das aprendizagens das crianças na Educação Infantil. A BNCC tem em sua proposta seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Tais direitos para a Educação Infantil tem a concepção de criança ativa que constrói seus conhecimentos, para isso o documento através dos direitos de

aprendizagem e desenvolvimento nos mostra que há uma “necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola” (Brasil, 2018, p. 38). Assim, não mencionando de forma direta o termo “avaliação” na Educação Infantil, mas sim de modo implícito.

Segundo a BNCC (2018), a intencionalidade pedagógica consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro, além de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica. Desse modo, o documento, de maneira implícita, ao tratar sobre o processo avaliativo na Educação Infantil expressa orientações sobre o “acompanhamento” e “monitoramento” que “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (Brasil, 2018, p.39). Nota-se, também nesse documento, que na Educação Infantil a reflexão do professor, a partir de um planejamento, é fundamental para que os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças sejam garantidos. Assim, de acordo com a BNCC (Brasil, 2018, p. 39):

É preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”.

Dessa forma, a BNCC (2018), assim como os demais documentos aqui analisados, reafirma que na Educação Infantil a avaliação não possui um caráter classificatório, mas conduzem à compreensão de que a avaliação, nessa primeira etapa de ensino, deve estar relacionada ao acompanhamento reflexivo das práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento das crianças.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), em 17 de outubro de 2024, publicou a Resolução CNE/CEB Nº 1, a qual institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. A Resolução CNE/CEB nº 1/2024,

em seu Artigo 3º, consta que tem por objetivo, “observar a articulação e integração entre as dimensões da qualidade definidas nos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil” (Brasil, 2024), sendo a seção IV, destinada à avaliação da Educação Infantil, com quatro artigos, do 26 a 28. Contudo, é na seção anterior- III- destinada à Proposta Pedagógica, no Artigo 24, parágrafos 1º e 2º, que a Resolução CNE/CEB nº 1/2024 indica sobre as possibilidades de avaliação na Educação Infantil, utilizando termos como instrumentos e registros para o acompanhamento das aprendizagens e dos desenvolvimentos dos bebês e das crianças:

Art. 24. A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve definir as estratégias, instrumentos e procedimentos para o acompanhamento permanente e individualizado das aprendizagens e do desenvolvimento dos bebês e das crianças, bem como as formas, a periodicidade e a utilização de registro dessas informações. § 1º As(os) professoras(es) devem elaborar registros contínuos, sistematizando informações sobre o trabalho pedagógico, as aprendizagens e o processo de desenvolvimento de cada bebê e criança, disponibilizados e discutidos periodicamente com as famílias e responsáveis. § 2º Os registros sistematizados pelas(os) professoras(es) a respeito das aprendizagens e do desenvolvimento dos bebês e crianças devem ser os balizadores do processo de avaliação que, na Educação Infantil e não objetivam produzir seleção, promoção, classificação ou parametrizar quaisquer decisões sobre o acesso ao Ensino Fundamental (Brasil, 2024).

Dessa maneira, a Seção IV- “avaliação da Educação Infantil”- da Resolução CNE/CEB nº 1/2024, no Artigo 25, afirma que “os entes federados devem ter como base os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” (Brasil, 2024). Assim, é a partir dos Parâmetros que devem se formular e implementar os instrumentos, as estratégias de coleta, de sistematização e análise para a avaliação da qualidade.

Em relação à avaliação da qualidade da Educação Infantil, no Artigo 26, da Resolução CNE/CEB nº 1/2024, é retomado que os entes federados em seus sistemas de ensino devem definir as formas de coletas de dados, monitoramento, análise e tomada de decisão. Assim, o parágrafo único do artigo 26, enfatiza que:

Os processos de avaliação realizados pelos sistemas de ensino devem assegurar a participação dos profissionais da educação, das famílias e comunidades atendidas, dos órgãos de controle social e de organizações da sociedade civil que atuam no campo da Educação Infantil em todas as suas fases, do planejamento à análise dos resultados alcançados (Brasil, 2024)

A Resolução CNE/CEB nº 1/2024, ainda na Seção IV, nos artigos 27 e 28, respectivamente, apresentam de forma sucinta sobre a implementação dos processos de avaliação das instituições que ofertam a Educação Infantil e sobre a construção da Avaliação em larga escala nesta etapa da educação básica, para que esse tipo de avaliação possa ser um meio de subsidiar e orientar a formulação e implementação de políticas educacionais.

Dessa forma, percebe-se que a Resolução CNE/CEB nº 1/2024, diferentemente da LDBEN (9394/1996), RCNEI (1998), DCNEI (2010) e BNCC (2018), dispõe de uma única seção para falar da avaliação na e da Educação Infantil. Contudo, a Resolução não se limita apenas a uma seção, utilizando palavras como registros, instrumentos, estratégias e coletas de dados para se referir a avaliação na primeira etapa da educação básica. Vale ressaltar, que, assim como nos documentos anteriores voltados para Educação Infantil, a Resolução CNE/CEB nº 1/2024 compreende que o acompanhamento das aprendizagens dos bebês e das crianças não possui um caráter classificatório.

Em consonância com esse entendimento, o município de Igarassu, em Pernambuco, possui um Currículo da Educação Infantil homologado em 2022, que dedica um capítulo específico à avaliação, intitulado “O registro como prática de avaliação na Educação Infantil”. Nesse capítulo, o documento propõe uma reflexão sobre o registro enquanto prática pedagógica intencional, reflexiva e formativa, distanciando-se de uma concepção meramente burocrática. Conforme explicita o Currículo da Educação Infantil de Igarassu, “o ato de registrar e refletir sobre o que é registrado exige de nós a condição de entregar a análise do que é registrado” (Igarassu, 2022, p. 38). Assim, o currículo enfatiza que o registro deve estar articulado à escuta sensível das crianças, valorizando suas falas, produções e experiências, de modo a favorecer processos de autoavaliação, construção de sentidos e reflexão sobre as aprendizagens vivenciadas. Na perspectiva do currículo de Igarassu, o registro configura-se como documentação pedagógica que sustenta o planejamento docente, orienta intervenções e rompe com práticas avaliativas classificatórias, reafirmando o direito das crianças à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, ao mesmo tempo em que reconhece o professor como sujeito autor, crítico e transformador de sua prática.

Desse modo, observa-se que tanto os marcos legais nacionais quanto o currículo municipal de Igarassu convergem para uma concepção de avaliação na Educação Infantil fundamentada na observação, no registro e na reflexão sobre as experiências das crianças, fortalecendo práticas avaliativas comprometidas com a escuta, a intencionalidade pedagógica e o respeito aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

3. AVALIAÇÃO MEDIADORA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, é o início e o fundamento do processo educacional (Brasil, 2018). Nesse sentido, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança exigem um olhar reflexivo através de um acompanhamento das experiências proporcionadas e vividas por elas. Pois é necessário respeitar a criança em sua individualidade e em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimento em todas as áreas (Hoffmann, 2007).

A avaliação na Educação Infantil deve ser uma ação permanente, ou seja, contínua, pois as crianças são sujeitos que observam, levantam suas hipóteses, imaginam e questionam. Assim, Hoffmann (2015, p. 2) afirma que “na Educação Infantil, é essencial o acompanhamento individual, com o delineamento de objetivos e ações educativas voltadas a cada criança”. Dessa maneira, o educador deve ter como primeiro objetivo, no processo avaliativo, conhecer as crianças com as quais vai trabalhar em sua turma para promover experiências significativas no desenvolvimento integral de cada uma.

No processo avaliativo faz-se necessária uma prática pedagógica “pautada em fundamentos teóricos que sustentem a promoção do conhecimento, das descobertas, que ampliem a imaginação e enriqueçam de cultura, arte e afetos a vida das crianças desde sua inserção na Educação Infantil” (Castro e Souza, 2017, 485).

Em relação a prática pedagógica Franco (2016, p. 542), afirma:

Quando se fala em prática pedagógica, refere-se a algo além da prática didática, envolvendo: as circunstâncias da formação, os espaços-tempos escolares, as opções da organização do trabalho docente, as parcerias e expectativas do docente. Ou seja, na prática docente estão presentes não só as técnicas didáticas utilizadas, mas, também, as perspectivas e expectativas profissionais, além dos processos de formação e dos impactos sociais e culturais do espaço

ensinante, entre outros aspectos que conferem uma enorme complexidade a este momento da docência.

De acordo com a afirmação acima, a prática pedagógica engloba aspectos teóricos e práticos do professor. Dessa forma, o planejamento, dentro do processo avaliativo em contextualização, é um elemento necessário para promover experiências significativas às crianças, em que tornam as mesmas protagonistas em suas aprendizagens e desenvolvimento. Sendo assim, Castro e Souza (2017, p. 487) declaram que:

O processo de formação em serviço está sempre relacionado à “avaliação de contexto”, uma avaliação que deve se estabelecer na cotidianidade do fazer docente, ou seja, na própria observação das crianças e na percepção de quando e como participar de seus agires relacionais.

Nesse sentido, o professor em seu fazer docente necessita ser investigador das conquistas das crianças, preparando um ambiente que promova confiança para as experiências de cada uma, seja individualmente ou em grupo. Assim, a questão principal da avaliação na Educação Infantil é “criar contextos de aprendizagem que permitam às crianças, qualquer que seja o seu nível, quaisquer que sejam suas estruturas intelectuais, evoluir na construção de hipóteses, do seu conhecimento” (Hoffmann, 2007, p. 28). Ou seja, o professor(a) deve mediar o processo de aprendizagem do desenvolvimento das crianças.

Segundo Vygotsky (1996) *apud* Placco e Souza (2010, p. 49), “a mediação é o processo que caracteriza a relação do homem com o mundo e com outros homens”. Ou seja, a mediação é um processo central no desenvolvimento de um sujeito. Sendo assim, as autoras Placco e Souza (2010, p. 50) afirmam que:

A mediação assim entendida, como processo que promove o acesso à produção da cultura, cuja apropriação transforma o modo de funcionamento do psiquismo humano, é, necessariamente, realizada pelo Outro, representado, por sua vez, pelas pessoas de nossas relações. Nesse sentido, é possível pensar a mediação como intervenção, visto promover a transformação de dadas funções psicológicas. Mas ela só será intervenção se promover esta transformação, daí não se poder entendê-la como algo que se coloca entre dois elementos - físicos ou psicológicos -, mas, mais apropriadamente, deve-se pensá-la como algo que se coloca no lugar de.

De acordo com a afirmação acima, é entendido que a mediação é um processo de ação, que promove o acesso à produção de cultura, podendo ser pensada como intervenção se a mesma promover o desenvolvimento do indivíduo. Dessa maneira, ao se pensar a mediação no processo avaliativo na Educação Infantil, a mesma nos remete ao ciclo de observação – reflexão – ação pedagógica, em que ocorre o acompanhamento e o registro do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança a partir da reflexão das ações das mesmas e da prática docente. Segundo Hoffmann (2015, p. 5), há procedimentos essenciais para avaliação mediadora:

O planejamento de ações educativas com base nas possibilidades e interesses das crianças em suas diferentes faixas etárias com foco nas múltiplas dimensões da aprendizagem; a organização de um ambiente educativo e de situações de aprendizagem que tenham por foco uma criança permanentemente ativa, curiosa e inventiva; o estabelecimento de um cenário educativo propício a múltiplas interações criança-criança e adultos-crianças; a proposição de atividades ou situações de aprendizagem intencionalmente provocativas e reflexivas; a observação e o acompanhamento individualizado das crianças, com registros permanentes que constituam referências significativas para a continuidade do seu processo educativo.

Dessa forma, uma avaliação mediadora age a partir de um planejamento flexível pensado dentro da rotina e das interações da criança, e de registros do cotidiano que irão revelar as manifestações frente às experiências das mesmas. Sendo assim, Hoffmann (2007, p. 30) declara:

A ação mediadora do educador resulta, igualmente, num trabalho pedagógico que valoriza as experiências de vida de cada criança, suas vivências culturais, raciais, religiosas, etc., como elementos constitutivos do espaço institucional, ao mesmo tempo em que percebe a criança sofrendo influências desse meio e constituindo-se como sujeito a partir da interação.

Nesse sentido, o professor mediador faz reflexão das observações das vivências e as experiências no cotidiano das crianças dentro do espaço pedagógico. Segundo Hoffmann (2007, p. 34), “o espaço pedagógico que respeita e valoriza a criança no seu próprio tempo é, antes de mais nada, um ambiente espontâneo, seguro e desafiador”, portanto na Educação Infantil o processo avaliativo mediador, a partir dessa perspectiva de desenvolvimento da criança, irá se desenvolver em um espaço pedagógico.

4. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: OS INSTRUMENTOS DE REGISTROS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No processo de uma avaliação mediadora na Educação Infantil é fundamental a documentação pedagógica, na qual serão realizados os registros das observações das experiências das crianças pelo professor. Conceituando a documentação pedagógica Fochi (2021, p. 144) afirma:

O conceito de documentação pedagógica, envolve uma determinada forma de fazer, refletir, projetar e narrar o cotidiano pedagógico e a aprendizagem das crianças. Este conceito certamente abrange o ato de documentar e a construção da documentação, mas há mais. Como conceito, transforma o sistema de relações dentro das escolas, construindo conhecimentos a partir da construção de significados e reposicionando crianças e adultos no processo educacional.

Dessa forma, a documentação pedagógica envolve e descreve o cotidiano do desenvolvimento pleno e a construção de conhecimento da criança. Sobre a documentação pedagógica, Pinazza e Fochi (2018, p. 23), afirmam:

Uma documentação pedagógica depende de uma alta qualidade de registros de observação e de grande competência na coleta, na produção e na organização dos dados. Não é possível naturalizar essa complexa tarefa, imaginando que professores e gestores da educação infantil, como numa mágica, passem a constituir fartas documentações pedagógicas, sem cumprir etapas de todo o ciclo investigativo. Trata-se, antes de tudo, de um árduo exercício, que não se cumpre isoladamente, mas sim, no coletivo, mediante reflexão individual e partilhada, de maneira colaborativa, no genuíno sentido de comunicação das jornadas de aprendizagens das crianças e de aprendizagens dos adultos.

Dessa maneira, a documentação pedagógica e a sua estruturação organizam os processos realizados pela criança em suas múltiplas experiências, fazendo com que o professor realize uma análise dos avanços, tentativas, conquistas e/ou dos retrocessos das crianças e da própria prática pedagógica através de uma reflexão individual e/ou partilhada. Sendo assim, Fochi (2021, p. 146) afirma:

O conceito de Documentação Pedagógica auxilia a: a) qualificar a capacidade de escuta das crianças - porque passamos a compreender que escutar é um verbo ativo para que possamos aprender a responder às necessidades das crianças em termos de organização do contexto pedagógico; b) refletir a organização das propostas e do cotidiano pedagógico - harmonizando as demandas e necessidades de meninos e meninas com as da instituição e dos adultos; c) criar abertura para transformar os contextos em que estamos inseridos -

pois um processo de transformação pedagógica passa pela disponibilidade dos sujeitos que constroem o cotidiano pedagógico, e isso ocorre por meio de um processo de compreensão da necessidade de transformação e não por imposição; d) vivenciar percursos de formação contextualizados e com alto grau de reflexividade por parte dos profissionais - que estão aprendendo a ver, refletir, projetar e construir conhecimento praxiológico sobre os processos vividos nas escolas; e) construir conhecimentos situados e fertilizados em teorias - aprendendo o verdadeiro exercício da pedagogia como ciência praxiológica; f) narrar a aprendizagem de crianças, adultos e a identidade da escola - como exercício testemunhal para resgatar o cotidiano pedagógico e a aprendizagem das crianças.

A citação acima demonstra que a documentação pedagógica vai além de registros de observações, ela possui um caráter investigativo documentando e narrando o desenvolvimento das crianças nas experiências propostas em atividades. É importante ressaltar, que no processo avaliativo na educação infantil, “nem todo registro produzido gera documentação pedagógica, mas que toda documentação pedagógica depende de registros de boa qualidade” (Pinazza e Fochi, 2018, p. 18). Assim, os registros de avaliação na Educação Infantil devem ser significativos. Pois, de acordo com a Secretaria de Educação Básica (Brasil, 2015, p.100):

A estruturação do processo de documentação pedagógica por parte das professoras implica considerar os registros para analisar e tomar decisões sobre como dar continuidade às experiências, avaliá-las no decorrer do processo, comunicar às famílias sobre os acontecimentos cotidianos, confrontar pontos de vista com seus pares de trabalho.

Dessa forma, o(a) professor(a) precisa ampliar a observação e reflexão sobre as aprendizagens para respeitar a construção do conhecimento da criança pela forma como a mesma interage com o meio no qual está sendo inserido, pois, segundo Hoffmann (2007, p. 44):

Registros de avaliação significativos procuram documentar e ilustrar a história da criança no espaço pedagógico, sua interação com os vários objetos do conhecimento, sua convivência com os adultos e outras crianças que interagem com ela. Como história individual, devem esses registros revelar trajetórias individuais, peculiaridades, curiosidades, avanços e dificuldades próprias de cada criança, respeitando o seu “ser” diferente dos outros. Diferenças entre elas entendidas como normais e não como desvantajosas.

Portanto, na Educação Infantil “o registro constitui o fazer educativo, não se restringe exclusivamente à avaliação, mas traz a esta, subsídios fundamentais” (Moro, 2016, p. 345). Assim, a documentação pedagógica é o agrupamento das informações

a partir dos registros levantados nas observações do(a) professor(a) em relação às ações da criança.

Na Educação Infantil, diversos instrumentos podem ser utilizados para os registros de avaliação, como relatório, portfólio, pareceres descritivos, mini-histórias, caderno de registro e diário de bordo. Vamos explorar, brevemente, um pouco mais sobre o relatório, o portfólio e as mini-histórias, visto que, um dia de atividades na Educação Infantil nos revela diversas descobertas através das observações e registros que se dão em um determinado contexto das vivências e experiências das crianças.

Segundo Hoffmann (2007, p. 45), “um relatório de avaliação delinea um processo percorrido pela criança em sua permanente tentativa de superação, de novas tentativas e conquistas”. Isto é, o relatório é um tipo de registro que delinea o processo de construção de conhecimento da criança:

Ele é um instrumento socializador das conquistas históricas, favorecendo o surgimento de outros olhares reflexivos sobre sua história, tornando-a singular para muitas pessoas, e, ao mesmo tempo, contextualizando o seu processo evolutivo e natural de desenvolvimento (Hofmann, 2007, p. 56).

Dessa forma, o relatório de avaliação deve contemplar a espontaneidade da criança no processo de aprendizagem, contextualizando o espaço pedagógico e podendo também representar uma oportunidade de reflexão pelo(a) professor(a) da sua prática pedagógica. Esses relatórios podem ser relatórios diários, ou seja, de observação, e/ou relatórios de acompanhamento, os quais buscam identificar o desenvolvimento da criança.

O portfólio é outro meio de registro de avaliação na Educação Infantil que pode ser atrelada com o relatório de avaliação. Contudo, o portfólio é uma construção conjunta com as crianças das produções que as mesmas desenvolveram em sala de aula. Assim sobre o portfólio, Moro (2016, p. 345) afirma:

Entre as ferramentas, os instrumentos que possibilitam o acompanhamento e a documentação acerca da criança o portfólio é um dos quais permitem a interação com as próprias crianças, à medida que ela pode nos ajudar a elaborá-lo, ao escolher produções suas para sua composição, ao registrarmos comentários, falas suas sobre o que já está disposto nele. O portfólio permite também que as famílias

contribuam na sua composição, além de poderem apreciá-lo à medida que vai sendo constituído.

Assim, o portfólio acompanha as crianças em suas experiências educativas dentro de um cotidiano de sala de aula. Assim, outra forma de registro utilizada para avaliação que conversa diretamente com ações e falas das crianças são as mini-histórias, pois, as mesmas são narrações escritas pelos(as) professores(as) sobre o percurso de aprendizagens das crianças e desenvolvidas através de breves relatos em uma junção do visual com o textual. Fochi (2019, p. 19), compreende as mini-histórias como “um processo de revisitação dos observáveis” (conjuntos de registros-fotos, vídeos, anotações, produções das crianças). Segundo o autor:

Ao reconhecer a mini-história como uma das formas de testemunhar a respeito das crianças, da docência e da própria escola, entendo essa forma episódica de comunicar como uma breve narrativa imagética e textual, em que o adulto interpreta os observáveis de modo a tornar visíveis as rapsódias da vida cotidiana (Fochi, 2019, p. 19).

Dessa forma, as rapsódias são sublinhadas por Fochi (2019) como “fragmentos poéticos”. Assim, através das mini-histórias as narrações são produzidas dentro de episódios registrados do cotidiano de aprendizagens das crianças.

Compreende-se, assim, que na educação infantil não existe um modelo único de avaliação da aprendizagem, ou um formato padrão para a documentação pedagógica. Mas sim, que os registros sejam de qualidade, pois eles são fundamentais para promover a reflexão sobre as ações das crianças e a prática pedagógica. Dessa maneira, “a avaliação, enquanto mediação, insere-se no processo educativo como um instrumento de reflexão, que auxilie o professor a tomar consciência das mudanças a operar em sua ação” (Hoffmann, 2007, p. 67).

Dessa forma, levando em consideração o que foi apresentado acima sobre avaliação na Educação Infantil, mediação no processo avaliativo, documentação pedagógica e os instrumentos de registros na Educação Infantil, iremos prosseguir para o delineamento metodológico adotado para esta pesquisa.

CAPÍTULO II - O CAMINHO METODOLÓGICO

O presente capítulo busca apresentar o percurso metodológico escolhido para este trabalho, buscando atingir os objetivos propostos para pesquisa.

1. NATUREZA DA PESQUISA

Para desenvolver os objetivos geral e específicos deste trabalho a natureza da pesquisa possui uma abordagem de caráter qualitativo. Sobre a abordagem qualitativa Chizzotti (1998, p. 79), afirma:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo do objeto e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significados. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

De acordo com a fala do autor, esta abordagem permite uma aproximação entre o pesquisador e o objeto pesquisado, pois a pesquisa qualitativa torna possível o pesquisador compreender o que se está estudando, coletar informações e interpretar os significados das ações do objeto.

2. INSTRUMENTOS E MEIOS DE COLETA DE DADOS

No processo investigativo foram realizadas observações para delimitar o universo pesquisado. A observação, “permite recuperar e registrar o aspecto exterior das ações e não sua intencionalidade” (USP-REDEFOR, 2011-2012). Para potencializar as observações foi utilizado como ponto de partida um roteiro (Apêndice B) com as principais questões que interessavam à investigação.

Assim, as observações foram realizadas em duas instituições públicas de Educação Infantil, e destinados três dias de observação em cada instituição no mês de abril de 2025. Vale destacar, que em cada instituição o primeiro dia de observação foi reservado à coleta de dados de informações e observação do campo pesquisado, já o segundo e terceiro dias em cada instituição foram destinados a uma observação nas turmas das professoras participantes da pesquisa. Para registro das observações foi utilizado o Diário de Campo, visando assegurar a sistematização e um maior

detalhamento possível das observações, considerando que, “o diário de campo consiste em uma forma de registro de observações, comentários e reflexões para uso individual do profissional e do aluno” (Falkembac, s.d. *apud* Lima et al., 2007). Ou seja, o diário de campo auxilia o pesquisador a descrever suas observações para assim refletir sobre os acontecimentos registrados.

Além das observações, foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com professoras atuantes na Educação Infantil. De acordo com Minayo e Costa (2018, p. 143), a entrevista semiestruturada obedece “a um guia que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador na interlocução”. Os autores, sobre a entrevista semiestruturada, ainda afirmam que:

Por ter um apoio claro na sequência ordenada de um roteiro, a abordagem dos entrevistados é assegurada, sobretudo, aos investigadores menos experientes, para que tenham suas hipóteses ou pressupostos contemplados numa espécie de conversa com finalidade (Minayo e Costa, 2018, p. 143).

Assim, foi construído um roteiro de entrevista (Apêndice C) visando à obtenção de informações e dados para a análise das perspectivas teórico-práticas das professoras sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, o qual foi aplicado em abril de 2025, com quatro professoras, duas de cada instituição de Educação Infantil. As falas das entrevistadas foram gravadas mediante autorização registrada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A).

A entrevista adotada foi do tipo semiestruturada, por se mostrar fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, ao possibilitar uma escuta qualificada, pautada por um roteiro previamente definido, mas com abertura para o aprofundamento de questões emergentes no decorrer da conversa. Segundo, Laille e Dionne (1999, p. 188), a entrevista semiestruturada é uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. Como destacam os autores, trata-se de um tipo de entrevista que não apenas coleta informações, mas valoriza a dimensão subjetiva e contextual dos sujeitos. Ou seja, esse formato, ao mesmo tempo flexível e orientado, favoreceu a construção de um diálogo mais próximo da realidade das docentes, respeitando seus tempos, ritmos e formas de expressão. Dessa maneira, a entrevista semiestruturada contribuiu significativamente para ampliar o olhar

investigativo, permitindo uma aproximação entre teoria e prática a partir das vozes e vivências das participantes.

3. CAMPO A SER PESQUISADO

A pesquisa foi realizada em duas instituições públicas de Educação Infantil localizadas no Centro de Igarassu-PE, município da região metropolitana do Recife-PE. A escolha por duas instituições se deve aos objetivos deste trabalho de identificar e compreender a concepção dos(as) professores(as) em relação à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil em diferentes instituições, considerando, destacadamente, as perspectivas teórico-práticas das professoras e a prática pedagógica.

A opção pelas instituições públicas de Educação Infantil do município de Igarassu- PE deu-se em função das vivências da pesquisadora em estágio não obrigatório (ENO), realizado em turmas da Educação Infantil no ano de 2024, bem como nos Estágios Supervisionados Obrigatórios (ESO), desenvolvidos em diferentes escolas do referido município entre os anos de 2023 e 2025. Soma-se a isso o fato de o município possuir um Currículo da Educação Infantil homologado, o que contribui para o aprofundamento das análises propostas nesta pesquisa. Além disso, a residência da pesquisadora em Igarassu-PE facilitou o deslocamento e a realização da coleta de dados.

O município de Igarassu- PE faz parte da Gerência Regional de Educação – GRE, Metropolitana Norte, órgão que faz parte da Secretaria da Educação de Pernambuco, que busca orientar e supervisionar a educação do Estado visando melhorar a qualidade de ensino da Educação Básica. A GRE Metropolitana Norte supervisiona também os municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Itamaracá, Itapissuma, Olinda e Paulista. Vale destacar que Igarassu- PE possui um Currículo para Educação Infantil, o qual possui um capítulo destinado à avaliação na Educação Infantil, intitulado “O registro como prática de Avaliação na Educação Infantil” (Igarassu, 2022).

Em relação às instituições de Educação Infantil pesquisadas, ambas possuem Projeto Político-Pedagógico (PPP) com a última atualização, até o momento da realização da coleta de dados desta pesquisa, realizada no final do ano de 2024. A

primeira instituição é uma Creche, funcionando há 35 anos, sendo a primeira creche do município de Igarassu- PE, a qual atende turmas do berçário (crianças a partir de 6 meses) até o infantil III (crianças até 3 anos e 11 meses). No ano de 2025 a Creche registrou 137 crianças matriculadas distribuídas em nove turmas, do início do ano letivo até abril de 2025, contudo a instituição tem a capacidade de 150 matrículas. O horário de funcionamento da Creche é dividido em dois: um destinado a instituição (administrativo e funcionários) que vai das 6h30m às 17h; e o segundo destinado às turmas que iniciam às 7h30m e termina às 16h40m. Em relação às professoras, no ano letivo de 2025, havia 9 no total, sendo 4 efetivas e 5 contratadas. No total a Creche contava com 50 funcionários. Entre eles, compoendo a estrutura administrativa da instituição, a gestora, a coordenadora pedagógica, um funcionário de apoio pedagógico e quatro digitadoras (administrativas).

Neste trabalho, foram observadas na creche as características gerais das instalações (espaços externos e internos), sendo assim a escola possuía: 1 sala de professores; 1 secretária; 3 banheiros de funcionários; 1 almoxarifado; 9 salas de aulas; 1 sala de acolhimento (amamentação); 1 pátio interno (com brinquedos de pátio); 1 solário; 3 banheiros infantis; 1 cozinha; 1 lavanderia; 1 despensa; 1 refeitório; 1 ludoteca (sala com livros, smart tv, brinquedos, materiais estruturados e não estruturados); 2 entradas; 1 horta (realizada pelas turmas) na área externa; um parque na área externa da escola (com brinquedos de parque, pneus, trilhas e árvores diversas).

Vale destacar que a Creche foi requalificada no ano de 2021, dessa forma a escola foi inteiramente climatizada. Em relação às duas turmas nas quais as participantes da pesquisa eram regentes, a primeira turma era de Infantil II (crianças de 2 anos até 3 anos) e a segunda turma era de Infantil III (crianças de 3 anos até 4 anos). As salas de aula de ambas as turmas contam com uma estrutura composta por uma janela e uma parede de vidro com visão interna para o corredor. Em relação ao mobiliário das turmas, ambas são compostas por um móvel com cerca de 15 nichos utilizados individualmente pelas crianças, um armário e uma banca com cadeira para professora, quatro bancas com conjuntos de quatro cadeiras cada que são organizados de acordo com as atividades realizadas e com a rotina da instituição, que inclui momentos como café da manhã, lanches, almoço e horário de sono, todos realizados dentro da própria sala. Além disso, ambas as salas de aulas exibem os

trabalhos das crianças na altura dos olhos delas e decorações feitas com materiais emborrachados.

A segunda instituição de Educação Infantil é um Centro Pré-escolar com 41 anos de funcionamento e atende turmas de Infantil IV e V (crianças de 4 a 5 anos e 11 meses). Importa ressaltar que esse é o único Centro Pré-escolar do município de Igarassu. No ano de 2025 a Pré-escola possuía 7 turmas e tinha 120 crianças matriculadas, distribuídas em dois turnos (matutino e vespertino), no início do ano letivo até abril de 2025, sendo 51 crianças do turno da manhã e 70 crianças do turno da tarde, contudo a capacidade da instituição é de 200 crianças. A Pré-escola teve no ano de 2025 uma redução de matrículas, pois escolas públicas de Ensino Fundamental (anos iniciais e/ou anos finais) do centro do município e bairros vizinhos passaram a ofertar turmas de Infantil IV e V, então por questões de descolamento ou por crianças possuírem irmãos no Ensino Fundamental nessas escolas acarretou em transferências de matrículas. Sendo assim, o horário de funcionamento da Pré-escola é dividido em dois: manhã das 7h30m às 12h; e tarde das 7h30m às 17h30m. Em relação às professoras havia 7 no total, sendo 1 efetiva e 6 contratadas. No total a instituição contava com um total de 24 funcionários, entre eles, compondo a estrutura administrativa da instituição a gestora, coordenadora pedagógica e quatro digitadoras (administrativas).

Em relação às observações das características gerais das instalações (espaços externos e internos) da segunda instituição pesquisada, a mesma possuía: 5 salas de aulas; 1 secretaria, 2 banheiros para funcionários; 6 banheiros infantis (3 femininos e 3 masculinos); 1 cozinha, 1 sala da leitura; 1 sala de atendimento educacional especializado; 1 depósito de alimentos; 1 almoxarifado; 1 pátio interno (com brinquedos de pátio); 1 entrada; e 1 área externa com brinquedos (escorregador, gangorra, balanço). Sendo assim, as duas turmas que as participantes da pesquisa eram regentes foram do turno da tarde, ambas as turmas eram do Infantil IV (crianças de 4 anos até 5 anos). As salas de aula contam com uma estrutura composta por uma janela e dois banheiros infantis (um masculino e um feminino). Em relação aos mobiliários das turmas, ambas contavam com dois armários e uma banca com cadeira para professora e cinco bancas com conjunto de cinco cadeiras cada para as crianças, as quais eram organizadas de acordo com as propostas de atividades realizadas em sala de aula pelas professoras. Além disso, as salas de aulas possuíam um varal com

as atividades das crianças na altura delas, uma lista (chamada) com os nomes das crianças, alfabeto e a rotina da turma.

4. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram quatro professoras, pedagogas, duas da Creche (Professora 1 e Professora 2) e duas da Pré-escola (Professora 3 e Professora 4). Cada entrevistada recebeu um nome fictício com o intuito de manter o sigilo de suas identidades e preservar suas respostas, os nomes adotados foram: Nilda, Val, Meres e Morgan.

A professora 1, cujo nome adotado foi Nilda, é professora da creche e regente na turma de infantil II no ano de 2025, é formada em pedagogia e possui especialização em Educação infantil, atuando na área há 8 anos, sendo 7 anos na Educação infantil. Vale destacar que a professora Nilda informou que trabalhou por cerca de 10 anos como auxiliar de sala em turmas da Educação Infantil antes da sua formação. A professora 2, cuja denominação na pesquisa é Val, é docente na creche, sendo regente na turma do infantil III pela manhã e no turno da tarde, na rede pública municipal do Paulista- PE, é professora de uma turma de infantil IV no ano de 2025. A professora Val é formada em pedagogia e possui especialização em Educação infantil, atua na área há 25 anos, todos na Educação Infantil.

A professora 3, cujo nome adotado foi Meres, é professora da pré-escola sendo regente no turno da manhã na rede pública municipal de Olinda-PE em uma turma de infantil V e no turno da tarde é regente na turma de infantil IV na pré-escola no ano de 2025. A professora Meres tem formação em Tecnólogo em Telecomunicações e Pedagogia, possuindo especialização em gestão educacional, exerce a docência há 20 anos, sendo 4 anos na Educação infantil. A professora 4, cuja denominação na pesquisa é Morgan, é a segunda docente da pré-escola atuando como regente no turno da manhã na rede pública municipal de Itapissuma-PE em uma turma de infantil III e no turno da tarde é regente na creche na turma do infantil IV no ano de 2025. A professora Morgan é formada em pedagogia e possui especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, atua na área da docência há 12 anos, sendo 7 anos de atuação na Educação Infantil. Dessa forma, para uma melhor visualização dos dados das participantes foi elaborada uma síntese (quadro 2).

Quadro 2 – Síntese dos participantes da pesquisa

DENOMINAÇÃO DA PESQUISA	IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO E ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
P1- NILDA	58 anos	Pedagoga com pós-graduação em Educação Infantil	9 anos- 2016	8 anos	7 anos
P2- VAL	48 anos	Pedagoga com pós-graduação em Educação Infantil	26 anos- 1999	25 anos	25 anos
P3- MERES	55 anos	Pedagoga com pós-graduação em gestão educacional	21 anos- 2004	20 anos	4 anos
P4- MORGAN	34 anos	Pedagoga com pós-graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	13 anos- 2012	12 anos	7 anos

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

5. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS

A metodologia adotada para análise dos dados coletados foi a Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2016, p. 36), a análise de conteúdo “é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”. Dessa forma, essa metodologia de análise possibilita, em sua estrutura de análise de dados, formas que auxiliam a atingir os objetivos geral e específicos desta pesquisa. Pois, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2016, p. 37). Sendo assim, dentro dessa metodologia de análise, a categorização foi o processo escolhido para organizar os dados, levando em consideração as perspectivas teórico-práticas das professoras da rede municipal de Igarassu-PE sobre avaliação na Educação Infantil. Segundo Bardin (2016, p. 147):

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

Dessa maneira, nesta pesquisa a categorização foi pensada a partir das características comuns dos elementos observados e das transcrições das entrevistas realizadas com as professoras de modo que fossem sondadas as respostas de cada docente. Assim, procuramos demonstrar as diferenças e as semelhanças, além de argumentos inesperados que foram percorridos nas falas, relacionando-as com o que fora discutido durante todo o capítulo de fundamentação teórica.

A partir da metodologia escolhida para esta pesquisa dividimos as questões das observações e das perguntas realizadas nas entrevistas em blocos temáticos, sendo eles: 1) As concepções docentes acerca da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil; 2) A Avaliação da Aprendizagem nas práticas pedagógicas da Educação Infantil; 3) Instrumentos utilizados na avaliação da aprendizagem. Dessa maneira, buscamos entender as concepções, instrumentos e as práticas pedagógicas das docentes sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil.

CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

O capítulo, ora apresentado, trata da análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa. Sua organização seguiu o proposto por Bardin (2016), ou seja, inicialmente foi feita a pre-análise dos dados que consistiu numa leitura geral sobre o acervo coletado, em seguida foi processada a categorização dos achados possibilitados pela investigação seguida do tratamento desses dados, ora apresentado nos tópicos a seguir.

1. AS CONCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com Libâneo (2006, p. 203) “a avaliação é um ato pedagógico”, ou seja, ela orienta os(as) docentes nas decisões pedagógicas, pois é um processo que acompanha o percurso de aprendizagem dos alunos. Dessa forma, quando questionamos sobre a avaliação da aprendizagem, as professoras participantes da pesquisa apresentaram certa coesão nas suas respostas nas quais consideram a Avaliação da Aprendizagem um processo contínuo, ou seja, as crianças são avaliadas durante todo o ano letivo:

[...], a avaliação de aprendizagem é uma coisa contínua. Não é só uma coisa “engessada”, ela tem vários setores, para possibilitar o desenvolvimento da criança, aí a gente utiliza sempre a observação. (Professora Nilda).

É bem complexo, a gente avalia a aprendizagem das crianças diariamente, com os avanços que você vai percebendo ao longo das atividades que os alunos irão desenvolvendo, desde do momento que eles chegam no novo ano letivo até o momento que eles saem, no final do ano. Desde pequenos avanços já são um aprendizado. (Professora Val).

Diante das respostas observa-se que a compreensão das professoras vai ao encontro com o artigo 24 da LDBEN (nº 9394/96), que determina que a avaliação deve ser “contínua e cumulativa do desempenho dos alunos...”. Vale ressaltar que, além de considerar a avaliação contínua, a professora Morgan considera a mesma um instrumento que é utilizado para identificar o “nível” em que o estudante se encontra:

A avaliação de aprendizagem é um instrumento usado pelo professor para que a gente possa ver como é que está o nível do aluno e essa avaliação é contínua, não é só uma provinha, ela tem que ser todo dia, na escrita do nome, na oralidade, na expressão, na percepção visual. (Professora Morgan).

A perspectiva apresentada pela Prof.^a Morgan, se aproxima do pensamento de Luckesi (2012), que defende a avaliação como crítica de percurso, ou seja, como um instrumento que acompanha o ser humano em seu processo de construção de saberes. Nesse sentido, a avaliação está inserida no próprio desenvolvimento do ato pedagógico.

Em relação à Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil, as professoras deram continuidade à questão anterior afirmando que, nessa etapa da educação básica, a avaliação é contínua. Destacaram que, na primeira etapa da Educação Básica, tudo é avaliado: cada gesto, fala, interação e conquista das crianças. É no cotidiano, nas vivências e nas experiências do dia a dia que se torna possível observar o desenvolvimento integral das crianças.

A professora Meres destaca que a avaliação na Educação Infantil acontece a todo momento, de forma sensível e ampla:

[...], porque a avaliação nos anos iniciais, a gente avalia através de provas, do dia a dia. Mas na educação infantil, a gente está sempre aprendendo com eles, a gente está sempre avaliando eles. [...], então, é como eu falei, a avaliação é sempre contínua. (Professora Meres).

De forma semelhante, a professora Nilda reforça que a avaliação não se restringe aos instrumentos tradicionais, mas está presente em todas as ações das crianças, inclusive nas brincadeiras:

Na educação infantil, tudo é avaliativo. Tudo que você está fazendo, eles estão brincando com os legos, mas eu estou focando e observando como é que a criança está agindo ali com aquelas pecinhas. Então, tudo é avaliação. Repito, que não é aquela coisa engessada de, ah, bora fazer esse testezinho, de provinha escrita, um desenho, não. [...] É contínuo, ou seja, a avaliação é a todo momento. (Professora Nilda).

As falas das professoras dialogam diretamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que aponta que a avaliação na Educação Infantil não possui caráter classificatório. Pelo contrário, ela deve estar vinculada ao acompanhamento sensível e reflexivo das trajetórias individuais e coletivas das crianças, considerando suas conquistas, avanços e possibilidades de aprendizagem. Nesse sentido, a professora Morgan complementa a compreensão da Avaliação na Educação Infantil como um processo amplo, que considera o desenvolvimento da criança em diferentes dimensões:

Na educação infantil, eu acho que tem que ser uma avaliação mais completa, porque nós somos o coração da escola praticamente, né? [...] Então, assim, pra mim avaliamos a criança num todo, em todos os aspectos. Não só o cognitivo, mas também a socialização, o pessoal, a bagagem que essa criança traz de casa, os conhecimentos delas, a gente tem que aproveitar o que eles já sabem e aprimorar o conhecimento do aluno. Eu não acredito que as crianças são vazias. Eu acredito que o professor pode aprimorar aquilo que o aluno já tem de conhecimento. (Professora Morgan).

A fala da professora Morgan reforça uma concepção de avaliação que ultrapassa a intenção restrita ao desempenho cognitivo, abrangendo aspectos sociais, emocionais e culturais, reconhecendo as crianças em sua totalidade, em suas singularidades. Nesse sentido, a professora recorre à metáfora de que as docentes são o “coração” da escola, imagem que revela não apenas a centralidade do trabalho pedagógico, mas também a dimensão afetiva, educadora e humanizadora que sustenta o processo educativo. Dessa forma, a fala da referida professora está em consonância com a reflexão de Hoffmann (2007), que compreende que a avaliação na Educação Infantil tem como foco “criar contextos de aprendizagem que permitam às crianças, qualquer que seja o seu nível, quaisquer que sejam suas estruturas intelectuais, evoluir na construção de hipóteses, do seu conhecimento” (p. 28). Ou seja, trata-se de um processo que não busca classificar, mas sim estimular a curiosidade, o pensamento crítico e a construção ativa do saber, sendo o professor o mediador dos contextos de aprendizagem.

Assim, os relatos das professoras entrevistadas evidenciam que a avaliação na Educação Infantil é entendida como uma prática essencialmente qualitativa, contínua e contextualizada, centrada no respeito ao tempo de cada criança e na valorização de suas múltiplas formas de aprender, expressar-se e interagir com o mundo.

Contudo, ao serem questionadas sobre como a Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil foi abordada durante sua formação inicial, as professoras Val e Meres, que possuem mais de 20 anos de carreira docente, relataram que, na época, não havia uma diferenciação clara entre os processos avaliativos da Educação Infantil e os do Ensino Fundamental. Ambas pontuaram que na formação inicial a avaliação na Educação Infantil se dava por meio de provas:

Quando eu iniciei, há quase 25 anos [...], a avaliação ainda era aquela avaliação escrita [...]. Porque ainda tinha na educação infantil provas, que na verdade não provavam nada. Porque a gente vê que no dia a

dia avaliamos as crianças bem melhor do que uma prova, [...].
(Professora Val).

O relato da professora Val revela que as avaliações, na Educação Infantil, na época da sua formação inicial tinham um caráter classificatório, mesmo quando já existiam documentos legais que apontavam para outras diretrizes. Vale lembrar que, há mais de duas décadas, já estavam em vigor a LDBEN (Lei nº 9.394/96) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil– RCNEI (1998), os quais falavam sobre a avaliação nessa etapa. A LDBEN, em seu artigo 31, indica que na Educação Infantil a avaliação deverá ocorrer mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças. Já o RCNEI aponta que a avaliação deve ser sistemática e contínua, com a função de reorientar a prática pedagógica e contribuir para a melhoria da qualidade das interações e aprendizagens. Assim, observa-se certo afastamento entre o que apresenta os documentos oficiais e a fundamentação teórica trabalhada na formação inicial das professoras Val e Meres, evidenciando o quanto o campo da avaliação na Educação Infantil enfrentava desafios relacionados à formação inicial e à implementação da avaliação da aprendizagem coerente com os princípios nos documentos oficiais dessa etapa da Educação Básica.

Já as professoras Nilda e Morgan, ambas com sete anos de carreira docente, destacaram que, em suas formações acadêmicas iniciais, já havia uma ênfase na Educação Infantil quanto à avaliação da aprendizagem ser contínua e processual. Segundo elas, a avaliação da aprendizagem das crianças era pensada de forma integrada ao planejamento pedagógico, sendo realizada principalmente por meio de relatórios de acompanhamento.

Na minha formação acadêmica, eles (os professores formadores) falavam muito de avaliação contínua, do uso de relatórios, de conceitos. Desde a minha formação inicial para cá, a gente já foi abolindo, ou tentando né, essa questão de fazer avaliações com prova, mas sim realizar relatórios do acompanhamento do aluno.
(Professora Morgan).

Como aponta a fala da professora Morgan, a avaliação na Educação Infantil, desde sua formação inicial, era compreendida como parte do cotidiano e do acompanhamento das evoluções das crianças, e não como um processo baseado em provas. Essa ideia é reafirmada pela professora Nilda, que relatou: “Os professores e formadores diziam que a avaliação se dá no dia a dia, que vai te mostrando na prática, juntamente com o planejamento”.

Além disso, ao ser questionada sobre como a teoria relacionada à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil era apresentada durante sua formação inicial, a professora Nilda compartilhou uma experiência significativa:

Foi apresentada através de algumas práticas que elaborávamos e de teóricos que os professores apresentaram [...], Como o Piaget, a Montessori, e como devemos agir e fazer ludicamente a partir do que estudávamos deles. Por exemplo, a gente fazia encenações de teatro na faculdade [...], nós tínhamos que observar e depois falar o que observou nos alunos que encenavam e isso nos ajudava para quando a gente chegasse na realidade da sala de aula para nos fortalecer e a observar nossas crianças no dia a dia [...]. (Professora Nilda).

A partir do relato acima, é possível perceber que, desde sua formação inicial, a professora Nilda era desafiada a articular teoria e prática, sendo estimulada a observar atentamente o comportamento dos alunos, refletir sobre o que via e registrar essas observações. De acordo com Hoffmann (2007), o desenvolvimento das crianças exige um olhar sensível e reflexivo, que respeite suas individualidades e reconheça suas conquistas em diferentes ritmos e dimensões.

Cabe destacar que as professoras Morgan e Nilda iniciaram suas formações anos após a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), o que evidencia a influência desse documento na constituição da formação inicial dos docentes de Licenciatura em Pedagogia, pois o mesmo lista o que deve ser garantido no processo avaliativo das crianças na Educação Infantil, sendo um desses deveres: “A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança” (Brasil, 2010, p. 29).

Nesse sentido, quando as professoras foram questionadas sobre como a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil tem sido abordada nas formações continuadas, todas afirmaram que o foco permanece na avaliação contínua, fundamentada na observação, no registro e na reflexão. A professora Meres exemplificou com um relato marcante de uma das formações continuadas da Secretaria de Educação do município de Igarassu-PE:

Nas formações atuais as formadoras dizem, que quando a gente está em turmas de educação infantil, a gente vai avaliando desde a chegada da criança até a saída, por exemplo, a gente teve a primeira formação no ano letivo de 2025 aqui em Igarassu foi sobre racismo. [...] Na formação, uma das professoras relatou o caso da filha dela,

que sofria e sofre com racismo. Ela contou que sua filha sofria bullying e racismo desde da Educação Infantil, por ser negra, então refletimos como devemos trabalhar sobre as diferenças e intervir com o racismo em sala de aula. Não só no dia 20 de novembro, que é o dia da consciência negra, mas todos os dias, observar as ações das crianças, registrar e planejar intervenções isso também é avaliar. [...] Então a avaliação da Educação Infantil dentro da formação atual é pontuada dessas formas, temos que saber como questionar nossos alunos, como trabalhar com eles, isso se dá através do cotidiano [...] (Professora Meres).

Ao analisarmos o relato da professora Meres, percebemos que a avaliação na Educação Infantil, nas formações continuadas promovidas pelo citado município pernambucano, está conectada à escuta e à atenção para temas sociais, como o combate ao racismo. Avaliar, no contexto da Educação Infantil é também observar atitudes, acolher as diferenças, refletir sobre as práticas e planejar intervenções pedagógicas significativas. Ou seja, a avaliação da aprendizagem está atrelada ao ato pedagógico, ao planejamento docente.

Dessa forma, a avaliação na Educação Infantil é compreendida como uma ação permanente, ou seja, como afirmam as professoras entrevistadas, trata-se de um processo contínuo. Segundo Hoffmann (2015), é fundamental que essa avaliação contemple o acompanhamento individualizado, com a definição de objetivos e ações pedagógicas específicas para cada criança, respeitando seu tempo e suas singularidades. Diante disso, as professoras foram questionadas sobre como compreendem a avaliação mediadora na Educação Infantil. De acordo com Placco e Souza (2010), a mediação é um processo de ação que promove o acesso à produção de cultura. Pode ser compreendida como intervenção intencional, desde que favoreça o desenvolvimento integral do indivíduo. Nesse contexto, a professora Val relaciona a avaliação mediadora diretamente com o cotidiano da prática pedagógica: “Eu compreendo que é justamente aquilo que a gente faz no dia a dia, a mediação que a gente faz para ver a evolução do nosso aluno, da nossa criança”.

A fala da professora Val dialoga com a concepção de Placco e Souza ao evidenciar que a mediação ocorre nas interações cotidianas, quando o professor intervém com intencionalidade pedagógica para favorecer o desenvolvimento das crianças. Desse modo, compreendemos que a mediação no processo avaliativo da Educação Infantil está articulada a um ciclo ininterrupto de observação– reflexão– ação pedagógica. Sendo assim, a professora Meres, ao tratar da avaliação

mediadora, destaca esse processo como parte de um planejamento atento às necessidades das crianças:

A gente planeja e observa. [...] procuro, dentro da minha sala de aula, no meu planejamento seguir uma rotina com as crianças, [...] com um acolhimento, uma leitura diária, depois uma atividade, chamadinha no quadro, em cada atividade ou momento, vejo como é que eles estão se desenvolvendo a cada dia, se compreenderam aquilo que está sendo trabalhado em sala, [...]. (Professora Meres).

A partir dessa fala, percebemos que a professora Meres compreende a mediação como um processo ativo e reflexivo, que se dá por meio da escuta sensível e da observação intencional dentro de uma rotina, resultando em ajustes no planejamento e nas práticas pedagógicas. Vale destacar, que sua fala está em consonância com o que foi observado na prática da professora Meres, pois a mesma expõe um quadro de rotina fixa e a cada atividade desenvolvida observava as interações das crianças. Assim, avaliar, nesse contexto, é acompanhar, intervir e refletir, sempre com foco no desenvolvimento integral das crianças.

Nesse sentido, a professora Nilda também reforça que a avaliação mediadora na Educação Infantil se concretiza por meio da observação e do planejamento, mas faz um importante destaque, ressaltando que a mediação é uma construção que não se dá de forma isolada, exigindo o apoio da coordenação pedagógica para orientar e fortalecer o trabalho docente:

[...] a avaliação mediadora é quando o professor, eu penso no meu ponto de vista, ele media através da observação, aí também dos planejamentos. A mediação [...] é construída junto com a coordenação, a gente tem esse direcionamento para ter uma coisa embargada no outro, porque a gente não sabe de tudo. A avaliação mediadora, a gente sempre tem que ter um apoio. [...] a coordenação nos ajuda e também está no processo de mediação. Pois na avaliação mediadora tem a minha prática pedagógica, o que as crianças já trazem de conhecimento, junto com o auxílio da coordenação para refletir sobre o desenvolvimento das crianças. (Professora Nilda).

A partir da fala da professora Nilda, percebe-se que a mesma compreende que a avaliação mediadora, além de ser um processo que considera a escuta das crianças e o planejamento docente, também pressupõe o trabalho coletivo, especialmente com o auxílio da coordenação pedagógica. Essa parceria favorece a reflexão sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento das crianças, reconhecendo-as em suas histórias e singularidades. Dessa forma, a professora Nilda está em consonância com

sua prática observada e com Castro e Souza (2017), ao reconhecer que o processo avaliativo na Educação Infantil demanda uma prática pedagógica teoricamente fundamentada, que valorize os saberes, culturas e histórias de vida das crianças. Trata-se de uma avaliação que promove não apenas o conhecimento, mas também o respeito às múltiplas formas de ser, agir e aprender. Como destacam as autoras, essa avaliação deve estar presente na cotidianidade do fazer docente, ou seja, “na própria observação das crianças e na percepção de quando e como participar de seus agires relacionais” (Castro e Souza, 2017, p. 487).

Ainda, nesse sentido, a professora Morgan relaciona a avaliação mediadora à mediação de conhecimento articulada ao planejamento pedagógico. Para ela, avaliar é o ponto de partida para planejar com intencionalidade, considerando as necessidades reais das crianças e os objetivos voltados ao seu desenvolvimento integral. A professora ainda enfatiza que o planejamento deve estar alinhado às propostas curriculares da Educação Infantil, respeitando os tempos e possibilidades de cada criança:

Mediar o conhecimento, eu acho que você tem que fazer o seu planejamento conforme a sua sala de aula, sua turma. Para mim isso é mediar o conhecimento, você tem que fazer uma avaliação inicial com eles, eu gosto de fazer uma avaliação diagnóstica, e daí eu vou mediando as aprendizagens buscando o desenvolvimento completo das crianças, sempre fazendo um planejamento aliado com as propostas curriculares da educação infantil com o conhecimento do aluno. Porque não adianta fazer uma proposta de atividade além do que eles possam fazer, do que eles possam acrescentar, então [...] vou mediar o conhecimento das crianças com o planejamento. (Professora Morgan).

A fala da professora Morgan reforça que a avaliação mediadora está intrinsecamente ligada a um planejamento consciente, flexível e realista, construído a partir da escuta atenta e da observação cotidiana das crianças. Esse planejamento tem como objetivo oferecer experiências significativas e acessíveis, respeitando os ritmos, histórias e singularidades de cada criança, além de ter como base propostas curriculares.

A partir das perspectivas das professoras participantes da pesquisa, a avaliação mediadora se concretiza por meio de um planejamento flexível, integrado à rotina e as observações das interações das crianças, conduzido com intencionalidade pedagógica. Como destaca Hoffmann (2015), há procedimentos essenciais para que

esse tipo de avaliação ocorra de forma eficaz, tais como: o planejamento docente; a organização do ambiente educativo com foco na criança; a proposição de atividades que provoquem reflexão e participação ativa; a observação atenta; e o acompanhamento individualizado, com registros permanentes.

2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, faz-se necessária uma prática pedagógica fundamentada em teorias que sustentem a construção dos conhecimentos e o desenvolvimento integral das crianças (Castro e Souza, 2017). Ou seja, a atuação docente deve articular os aspectos teóricos adquiridos na formação com as vivências práticas do cotidiano escolar. Vale destacar que, segundo Franco (2016, p. 542), a prática pedagógica “refere-se a algo além da prática didática, envolvendo: as circunstâncias da formação, os espaços-tempos escolares, as opções da organização do trabalho docente, as parcerias e expectativas do docente”. Dessa forma, compreende-se que a prática pedagógica é atravessada por múltiplos fatores, que vão desde a formação inicial e continuada das professoras até as experiências concretas vividas no ambiente escolar.

Nesse sentido, solicitamos que as professoras Nilda, Val, Meres e Morgan descrevessem como organizam o processo avaliativo das crianças em seus planejamentos e de que forma esse processo se concretiza em suas práticas no que se refere à avaliação da aprendizagem em suas turmas. Em relação à organização do processo avaliativo em seu planejamento, a professora Val relata e exemplifica:

A avaliação da educação infantil é atrelada à observação, isso é algo contínuo. Então, a cada dia a gente percebe uma evolução mínima, percebe a evolução da criança. Então, essa observação é primordial para que a gente faça a avaliação deles. Aí, faço meu planejamento de acordo com que observo. Porque o planejamento é pensado naquilo que eles estão precisando. (Professora Val).

Percebe-se, a partir da fala da professora Val, que a observação cotidiana das crianças constitui sua principal estratégia para a construção do planejamento pedagógico. Em sua prática, a avaliação é entendida como um processo contínuo e integrado ao cotidiano, possibilitando que o planejamento seja constantemente ajustado às necessidades reais da turma. Assim, a professora Val utiliza a flexibilidade

do planejamento e observa as interações diárias para adaptar ou replanejar as atividades conforme a realidade do grupo. A professora Val enfatizou a importância de propor atividades significativas, que respeitem os conhecimentos prévios das crianças e favoreçam a aprendizagem de forma contextualizada, evitando abordagens mecânicas e descoladas da realidade do grupo. Ao relatar como esse planejamento se concretiza em sua prática pedagógica, a professora reafirma a observação como aspecto fundamental tanto para o registro no processo avaliativo quanto para a organização das ações docentes:

Através da observação, porque tem que observar tudo, nos meninos até o jeito como eles chegam de manhã já percebo que a criança não tá num bom dia. É isso, tem que ter esse olhar diferenciado que a vivência dos anos faz com que a gente já perceba e já veja diferente no que está acontecendo. (Professora Val).

O relato da docente Val evidencia uma escuta sensível e atenta, na qual o ato de observar vai além dos aspectos cognitivos e contempla também o bem-estar emocional das crianças, fortalecendo uma abordagem avaliativa comprometida com o desenvolvimento integral. Essa concepção se confirma no momento observado: ao perceber que sua turma teria dificuldade de concentração para acompanhar a contação de histórias dentro da sala de referência, a professora decidiu levar as crianças a um espaço externo. Como a ludoteca estava ocupada e o dia estava chuvoso, a professora optou por realizar a atividade na entrada coberta da creche. Dessa forma, o processo avaliativo das crianças em sua prática vai ao encontro da afirmação de Castro e Souza (2017, p. 487), ao defenderem “uma avaliação que deve se estabelecer na cotidianidade do fazer docente, ou seja, na própria observação das crianças e na percepção de quando e como participar de seus agires relacionais”. Ou seja, a professora Val se posiciona como uma investigadora do processo de desenvolvimento infantil, pois, a partir das especificidades de cada criança, organiza o ambiente e propõe experiências significativas, utilizando a observação como ponto de partida para a reflexão e, posteriormente, para a ação pedagógica.

A professora Morgan ao ser questionada sobre como organiza e como se dá na sua prática pedagógica a avaliação da aprendizagem em seu planejamento, relatou:

Eu organizo o registro, tanto as evoluções quanto as dificuldades das crianças e faço meu planejamento a partir desses registros. Quando

chega na semana e do dia planejado eu costumo observar como as crianças realizam as atividades e se eles conseguiram avançar ou se preciso intervir de outra maneira. Eu tenho um caderninho à parte, que particularmente eu gosto de fazer, e vou registrando tudo, depois vejo como a criança e a turma desenvolveram as atividades propostas no bimestre, de dois em dois meses. [...] E aí eu vou trabalhando, observando e registrando. (Professora Morgan).

A fala da professora Morgan evidencia uma prática avaliativa na Educação Infantil pautada no registro contínuo das observações, tanto dos avanços quanto das dificuldades das crianças. Morgan faz uma sistematização que contribui diretamente para a elaboração do planejamento, que é construído com base nas necessidades identificadas em suas observações. Assim, utiliza o caderno de registro, como mencionado por ela, que possibilita uma visão mais ampla e detalhada do desenvolvimento de cada criança ao longo do tempo. Dessa forma, Morgan destaca a importância de observar as crianças no momento da realização das atividades, o que reforça a sua perspectiva da avaliação como um processo contínuo. Assim, sua prática demonstra uma postura reflexiva e intencional, na qual a observação e o registro não apenas documentam as vivências experienciadas pelas crianças, mas orientam as suas intervenções pedagógicas, ou seja, seu planejamento, tal como exemplificado no relato abaixo:

Vamos supor, um exemplo, Eloá. Eloá está com dificuldade em reconhecer as vogais E e I. Aí eu chamo ela, mostro figuras, mostro palavrinhas que tenham essas vogais. E aí eu vou registrando a dificuldade e o avanço dela e que proposta de atividade funcionou para que ela avançasse. Aí eu faço um novo registro sobre aquele aluno e são através deles que realizo o relatório, [...] é no registro diário que estamos avaliando nossa turma e os alunos individualmente. (Professora Morgan).

Esse relato da professora Morgan revela como sua prática avaliativa está fortemente articulada ao acompanhamento individualizado das crianças. O exemplo da criança Eloá mostra que a avaliação vai além da observação passiva, ela gera ações concretas, adaptações no planejamento e estratégias diferenciadas de ensino. Além disso, na observação realizada, a professora demonstrou esse cuidado ao dialogar constantemente com as crianças, explicando previamente as atividades propostas e, durante sua execução, como no caso do uso de fichas impressas, acompanhar de perto cada uma delas, oferecendo apoio individualizado sempre que ela percebia que a criança estava com dificuldades. De acordo com Hoffmann (2015), o planejamento é um dos procedimentos essenciais para uma avaliação mediadora,

devendo ser pensado a partir da rotina e das interações das crianças. Assim, o que se observa na prática da professora Morgan é uma articulação entre observar, registrar, refletir e intervir, compondo um ciclo avaliativo que respeita os tempos, ritmos e singularidades de cada criança.

Em relação à organização do planejamento no processo avaliativo, a professora Meres destaca:

Eu faço meu planejamento semanalmente a lápis. Eu tenho um caderno específico para o planejamento e já separo tudo que vou utilizar de materiais na semana seguindo a rotina que tenho com a turma, coloco as datas, o calendário e aí eu faço o meu acolhimento, a musicalização, a hora da leitura, a hora da conversa, o momento do lanche, da atividade, a hora do brincar, a arrumação da sala, a hora de ir para casa e acrescento no meu planejamento ou modifico aquilo que observei que as crianças precisam trabalhar mais ou estão com dificuldade. Então, avaliação no meu planejamento é assim, eu planejo, observo e replanejo quando necessário. (Professora Meres).

A fala da professora Meres nos diz, como a da professora Morgan, uma prática avaliativa integrada ao planejamento cotidiano, pautada na flexibilidade e na escuta atenta às necessidades da turma. Quando a professora Meres menciona o uso do lápis no registro semanal, ela simboliza uma abertura ao replanejamento constante, permitindo ajustes a partir das observações feitas no decorrer da rotina. Vale destacar que, no momento de sua fala, a professora Meres apresentou seu caderno de planejamento, no qual as atividades da semana estavam registradas a lápis. Esse detalhe revela a abertura para mudanças e ajustes, mostrando que a avaliação, nesse contexto, não se configura como uma etapa isolada, mas como parte de um ciclo contínuo de planejar, observar e replanejar, sustentado por um olhar sensível ao processo de aprendizagem das crianças.

Além disso, a professora Meres reafirmou que, na sua prática, a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil se dá por meio da observação, do planejamento, do registro em seu caderno de anotações e também do lançamento dessas observações no sistema Bravo¹, utilizado pela Rede Municipal de Educação de Igarassu-PE. Tal prática está em consonância com o que afirma Hoffmann (2015, p. 5), ao defender “a observação e o acompanhamento individualizado das crianças, com

¹ A expressão BRAVO refere-se ao sistema de gestão escolar utilizado pela rede pública de ensino do município de Igarassu-PE, destinado ao registro dos planejamentos pedagógicos, controle de frequência, emissão de relatórios estudantis e lançamento de notas.

registros permanentes que constituam referências significativas para a continuidade do seu processo educativo”. Diante dessa concepção de avaliação mediadora e da importância do acompanhamento contínuo com registros sistemáticos, a professora Nilda também compartilha uma prática do processo avaliativo coerente com esse entendimento:

A avaliação na Educação Infantil é contínua, o que é contínua? Todos os dias. Eu tenho um caderno de registro e um de planejamento, e nele eu vejo o que eu trabalhei e como eles desenvolveram as atividades. Além disso tenho em casa uma espécie de diário particular. [...] São todas as observações que eu coloco no registro do meu celular, escrito e algumas fotos. [...] então todas essas observações eu vou fazendo e colocando no meu diário e no sistema online do professor, que é o Bravo aqui em Igarassu, eu coloco justamente o parecer de cada criança, conforme meu diário. No sistema eu coloco a frequência, mas a gente coloca também como a criança chega no início do ano até junho, depois de junho até dezembro. (Professora Nilda).

Como se observa na fala da professora Nilda, a avaliação é afirmada como um processo diário e contínuo, articulado a diferentes formas de registro: no caderno, no diário pessoal e no sistema institucional. Sua concepção está em consonância com a prática observada, que evidenciou um olhar atento às singularidades de cada criança e a valorização do desenvolvimento integral, considerando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os comportamentais e emocionais. Durante a atividade de circuito, por exemplo, além de auxiliar as crianças com o percurso e com os materiais como bolas e fita, a professora Nilda registrava o momento com fotos e realizava anotações sobre cada criança. Ao recorrer a registros escritos e imagéticos, detalhados e contextualizados, a professora constrói um relato progressivo e individualizado do percurso de cada criança. Em sua fala, ela ainda descreveu de forma mais detalhada como se dá a avaliação no cotidiano de sua rotina:

Temos que realizar o parecer individual e o parecer da turma toda, que é o perfil geral, como todas as crianças se comportam e interagem, se tem algumas observações específicas, se tem alguma criança que precisa de algum apoio, ou seja, que seja atípica. No dia a dia como professora observo pequenas coisas das, e nas crianças e sempre tento ajudá-las. Pois cada aluno é único [...] As crianças são avaliadas em grupo, como eu te falei, no contexto de socialização, a turma toda, como elas se socializam, como elas se relacionam com as monitoras de sala, com as outras crianças, como ela age com a professora. [...] eu vou realizando minhas observações e reflexões, para poder planejar o que eu preciso trabalhar com a turma e como vou trabalhar. (Professora Nilda).

Dessa forma, a professora Nilda articula, de forma coerente, os registros individuais e coletivos para a construção dos pareceres e para a elaboração de práticas pedagógicas mais significativas e contextualizadas. Sua prática evidencia que avaliar, na Educação Infantil, é, antes de tudo, acolher, compreender e respeitar percursos individuais das crianças e singularidades e interações de sua turma.

Nesse sentido, percebe-se que a organização do processo avaliativo, articulado à prática e ao planejamento pedagógico das professoras Val, Morgan, Meres e Nilda, parte de uma ação mediadora que, segundo Hoffmann (2007, p. 30), “resulta, igualmente, num trabalho pedagógico que valoriza as experiências de vida de cada criança, suas vivências culturais, raciais, religiosas, etc., como elementos constitutivos do espaço institucional [...]”.

3. INSTRUMENTOS DE REGISTRO UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Segundo as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil- Resolução CNE/CEB nº 1/2024, no artigo 24, 2º parágrafo, é informado que, na Educação Infantil, “os registros sistematizados pelas(os) professoras(es) a respeito das aprendizagens e do desenvolvimento dos bebês e crianças devem ser os balizadores do processo de avaliação[...]” (Brasil, 2024). Dessa forma, os registros realizados pelas professoras sobre as aprendizagens e o desenvolvimento dos bebês e das crianças orientam o processo avaliativo nessa etapa da Educação Básica. Assim, na Educação Infantil torna-se fundamental a valorização da documentação pedagógica, pois é por meio dela que são organizados os registros sobre as experiências vividas pelas crianças. Como afirma Fochi (2021, p. 144), a documentação pedagógica “envolve uma determinada forma de fazer, refletir, projetar e narrar o cotidiano pedagógico e a aprendizagem das crianças”.

Diante disso, as professoras Nilda, Val, Meres e Morgan, ao serem questionadas sobre o que pensam sobre a documentação pedagógica na Educação Infantil, compartilharam suas próprias perspectivas e vivências práticas. A professora Morgan, relatou:

A documentação pedagógica é mais um instrumento para o professor, para que a gente possa ter base, ter registros das aprendizagens do

aluno. É a partir dos documentos que a gente vai acompanhando o avanço de cada criança. (Professora Morgan).

A docente Morgan compreende a documentação pedagógica como um dos instrumentos que acompanha as aprendizagens individualizadas das crianças. Ao analisar tal resposta, percebe-se que Morgan tem um entendimento de que os registros não são meramente burocráticos, mas um elemento essencial que possibilita observar, refletir e planejar práticas pedagógicas intencionais e coerentes com o desenvolvimento de cada criança. Ou seja, a documentação pedagógica se configura como um “mapeamento” dos avanços e percursos vivenciados pelas crianças. Segundo Pinazza e Fochi (2018), a documentação pedagógica depende da qualidade de registros de observação e da competência do(a) professor(a) na coleta, na produção e na organização dos dados obtidos das experiências das crianças. Dessa forma, a professora Meres relata:

A gente descreve como é que cada aluno chegou no início do ano letivo e como ele se desenvolveu ao longo do semestre. Tanto na questão cognitiva, como na questão do desenvolvimento físico, social e suas interações. A gente faz essa avaliação, utilizando o relatório como documento. (Professora Meres).

A fala da professora Meres demonstra que a mesma entende a documentação pedagógica como um documento que faz parte do processo avaliativo das crianças na Educação Infantil, pois o mesmo descreve as aprendizagens das crianças ao longo do ano letivo. Diante do questionamento sobre a documentação pedagógica, as Professoras Nilda e Val, atrelaram a mesma à documentos oficiais como a BNCC (2018), DCNEI (2010) e ao Currículo da Educação Infantil do município de Igarassu-PE (2022).

A documentação é importante, porque sem ela tudo acaba ficando muito solto. Hoje em dia você tem as documentações como base, BNCC e o currículo de Educação Infantil do município que dão direcionamento. [...] o apoio dessas documentações legais, alguma coisa que você não conhece ou tem dúvida, você vai lá e pesquisa nelas. (Professora Nilda).

As documentações pedagógicas melhoraram bastante, mas ainda tem muita coisa a evoluir para que realmente atenda a educação infantil. Por exemplo, a BNCC veio para acrescentar muito à educação infantil, porque antigamente a gente tinha os PCNs E DCNEI. Aí veio evoluindo, veio a questão da reforma com a LDB. A BNCC já tem um outro olhar para a educação infantil [...]. (Professora Val).

Nos fragmentos acima percebe-se que as professoras Nilda e Val compreendem a documentação pedagógica para além dos registros cotidianos das crianças, elas compreendem como documentos normativos que são referências fundamentais para a organização do trabalho pedagógico e do processo avaliativo. Tal perspectiva está atrelada ao Currículo da Educação Infantil do município de Igarassu-PE, o qual afirma que: “o registro como documentação pedagógica anda de mãos dadas com os direitos de aprendizagens e desenvolvimento porque rompe com a escola tarefaira para estabelecer a escola que produz conhecimentos a partir das interações das crianças [...]” (Igarassu, 2022, p.39). Ou seja, Nilda e Val evidenciam o papel dos marcos legais como estruturantes das práticas docentes, oferecendo subsídios e diretrizes para que o trabalho com a documentação pedagógica seja coerente com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para a Educação Infantil.

Nesse sentido, na Seção IV- “avaliação da Educação Infantil”- da Resolução CNE/CEB nº 1/2024, no Artigo 25, o mesmo declara que “os entes federados devem ter como base os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” (Brasil, 2024). Ou seja, é a partir dos parâmetros que devem se formular e implementar os instrumentos, as estratégias de coleta, de sistematização e análise para a avaliação da qualidade na Educação Infantil. Dessa forma, apesar das particularidades nas respostas das docentes Nilda, Val, Meres e Morgan, todas apontam para uma mesma direção: a de que a documentação pedagógica é um importante instrumento de acompanhamento das aprendizagens das crianças, contribuindo tanto para a observação individualizada quanto para a reflexão sobre as práticas pedagógicas e seus fundamentos legais.

Cabe ressaltar que, no processo avaliativo na Educação Infantil, a documentação pedagógica depende da qualidade dos registros realizados, contudo, nem todo registro, por si só, configura uma documentação pedagógica (Pinazza e Fochi, 2018). Ou seja, a documentação pedagógica vai além do registro de observação das aprendizagens e desenvolvimento das crianças, pois ela é um agrupamento das informações a partir dos registros levantados. É um árduo exercício de reflexão “individual e partilhada, de maneira colaborativa, no genuíno sentido de comunicação das jornadas de aprendizagens das crianças e de aprendizagens dos adultos” (Pinazza e Fochi, 2018, p. 23).

Nesse sentido o(a) professor(a) deve realizar uma análise dos avanços, tentativas, conquistas das crianças e da própria prática pedagógica através de uma reflexão individual e/ou partilhada. Dessa forma, os registros de avaliação na Educação Infantil devem ser significativos e contextualizados, pois a estruturação do processo de documentação pedagógica realizado pelos(as) docentes “implica considerar os registros para analisar e tomar decisões sobre como dar continuidade às experiências, avaliá-las no decorrer do processo...” (Brasil, 2015, p.100).

Segundo Hoffmann (2007, p. 44) os registros devem “revelar trajetórias individuais, peculiaridades, curiosidades, avanços e dificuldades próprias de cada criança, respeitando o seu “ser” diferente dos outros”. Assim, na Educação Infantil há instrumentos que podem ser utilizados para os registros de avaliação. Diante disso, as professoras Nilda, Val, Meres e Morgan, destacaram os instrumentos que são de seus conhecimentos e quais utilizam no processo avaliativo de suas turmas de Educação Infantil.

A professora Nilda relatou que tem conhecimento sobre instrumentos como relatórios individuais e coletivos da turma e o caderno de registro. Quando questionada sobre quais utiliza para avaliar as aprendizagens e os desenvolvimentos das crianças, respondeu:

Na avaliação infantil, como diz o currículo do município, o registro é importante, [...]. Eu tenho um caderno de registro e nele eu faço os meus registros sobre as crianças. [...] preencho quantas crianças vieram, aí eu vou colocando tudo do dia, até os imprevistos. Cada movimento das crianças, mesmo que não pareça, [...] eu registro no caderno. (Professora Nilda).

Percebe-se, com a resposta da professora Nilda, que há uma sobreposição entre o conceito de registro e o de instrumento de registro. A docente compreende o caderno de registro não apenas como suporte, mas como o próprio instrumento de avaliação. Contudo, “o registro constitui o fazer educativo, não se restringe exclusivamente à avaliação” (Moro, 2016, p. 345). Ou seja, o caderno é um meio no qual as observações feitas são registradas pela professora sobre o percurso das crianças. Faz parte de sua prática pedagógica. Já o instrumento de avaliação, por sua vez, está relacionado à escolha metodológica, como o uso do relatório descritivo, mini-histórias ou do portfólio, e não apenas ao suporte físico onde essas informações são anotadas. Essa sobreposição entre o conceito de registro e instrumento também é

observada no relato da professora Meres: “Utilizo um Caderno, [...] que eu registro tudo que observo das crianças tanto no coletivo quanto uma a uma”.

Contudo, ao exemplificar como faz uso deste caderno de registro, Meres evidencia o relatório e o portfólio como instrumentos utilizados no processo avaliativo:

No caso de Igarassu, a gente trabalha com um sistema online, em que descrevemos as turmas e os alunos individualmente, fazendo um relatório de todos eles. Um relatório inicial, um relatório final, descrevendo como é que está cada aluno E a gente utiliza a partir de turmas de crianças de quatro anos o livro didático, fazemos portfólios das atividades das crianças e o caderno de registro da professora, isso tudo nos ajuda na avaliação das crianças. (Professora Meres).

A fala da professora Meres evidencia que o caderno de registro é utilizado como um meio de apoio à construção dos instrumentos avaliativos propriamente ditos, como os relatórios *on line* exigidos pela rede municipal de Igarassu-PE e os portfólios. Trata-se de uma estratégia que ela utiliza para acompanhar e registrar o percurso de aprendizagem das crianças. Tal concepção encontra respaldo na Resolução CNE/CEB nº 1/2024, que, em seu Art. 24, afirma que: “a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve definir as estratégias, instrumentos e procedimentos para o acompanhamento permanente e individualizado das aprendizagens” (Brasil, 2024).

Durante a entrevista, ao comentar sobre sua prática, a docente Meres mostrou seu caderno de registro e destacou que é a partir das anotações contidas nele que elabora os relatórios e os portfólios das crianças. Ou seja, ela observa e registra cotidianamente os comportamentos, aprendizagens e interações dos alunos e, com base nessas anotações, realiza uma análise reflexiva que subsidia a produção dos documentos avaliativos formais solicitados pela rede de ensino. Dentro dessa mesma concepção, a professora Val também mencionou o caderno de registro como um auxílio na construção dos relatórios e dos portfólios das atividades das crianças:

Eu utilizo um caderno onde eu vou fazendo minhas anotações, registro [...], para que no final do dia eu faça uma fichinha de cada aluno e da turma de acordo com minhas observações que fui anotando neste caderno, assim me ajuda na hora que eu realizo os relatórios para entregar para os pais semestralmente. (Professora Val).

A fala da professora Val reforça o entendimento de que o registro cotidiano constitui uma etapa fundamental do processo avaliativo, por permitir ao professor

acompanhar o desenvolvimento das crianças de forma contínua e sistematizada. A partir dessas anotações, ela constrói fichas individuais e relatórios semestrais, oferecendo uma devolutiva às famílias sobre o percurso de aprendizagem de seus filhos. Essa prática evidencia uma avaliação comprometida com o acompanhamento atento e individualizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CNE/CEB nº 1/2024, no Art. 24, § 1º: “elaborar registros contínuos [...] sobre o trabalho pedagógico, as aprendizagens e o processo de desenvolvimento de cada bebê e criança, disponibilizados e discutidos periodicamente com as famílias e responsáveis” (Brasil, 2024).

Em relação aos instrumentos de registro utilizados na avaliação da Educação Infantil, a professora Morgan relata:

Tem as fotos, os relatórios, através de atividades em cadernos, caderno de registro, o livro didático que as crianças possuem é que percebemos o avanço deles. Portfólios com as atividades deles, pois através delas vemos como eles estavam no início do ano e acompanhamos as evoluções dos alunos ao longo do ano. (Professora Morgan).

Observa-se, na fala da professora Morgan, que ela também destaca o caderno de registro como instrumento avaliativo, mas amplia sua fala ao considerar como instrumentos de registros não apenas os registros realizados por ela, mas também as próprias produções das crianças, como as atividades realizadas no livro didático e nos cadernos, além das fotos que evidenciam o percurso de evolução das crianças. Esses materiais, ao serem organizados e sistematizados, compõem o portfólio, o qual é um dos instrumentos de registro que permite visualizar a trajetória de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança ao longo do tempo. Pois, o portfólio é um instrumento que permite “a interação com as próprias crianças, à medida que ela pode nos ajudar a elaborá-lo, ao escolher produções suas para sua composição, ao registrarmos comentários, falas suas sobre o que já está disposto nele” Moro (2016, p. 345).

Dessa forma, a fala da professora Morgan revela uma prática que valoriza tanto os registros produzidos pelo adulto quanto os registros gerados pelas crianças, compreendendo ambos como fontes legítimas de documentação pedagógica. Essa concepção está alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual afirma que é “por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos

professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado” (Brasil, 2018, p. 39). Essa perspectiva evidencia uma concepção de avaliação que reconhece as múltiplas linguagens infantis e os diversos modos de expressão e produção presentes no cotidiano escolar, ampliando os olhares sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

CONCLUSÃO

A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil configura-se como um processo essencial pelo qual o(a) docente busca conhecer e acompanhar as crianças com as quais trabalha. Este processo, fundamentalmente, constitui um ciclo ininterrupto no qual o(a) docente interpreta as ações infantis para, intencionalmente, desafiá-las em novas experiências, visando o desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo central compreender as perspectivas teórico-práticas de professoras que atuam em instituições públicas de Educação Infantil acerca da avaliação da aprendizagem.

O campo de pesquisa constituiu-se de duas instituições localizadas no município de Igarassu-PE: uma creche (que atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses) e uma pré-escola (que atende crianças de 4 a 5 anos e 11 meses). Foram realizadas entrevistas com duas docentes em cada instituição, totalizando quatro participantes, com o intuito de alcançar os objetivos geral e específicos propostos.

Dessa forma, a análise dos dados evidenciou que, para as professoras participantes da pesquisa, a avaliação da aprendizagem se configura como uma prática contínua e contextualizada, que respeita os tempos das crianças e suas múltiplas maneiras de aprender, agir e interagir. Essa compreensão também reflete a concepção das docentes sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, mostrando-se alinhada aos documentos legais que orientam a primeira etapa da educação básica do Brasil, como a LDBEN (Lei nº 9.394/1996), o RCNEI (1998), as DCNEIs (2010), a BNCC (2018) e a Resolução CNE/CEB nº 1/2024.

Vale destacar a nítida influência dos documentos oficiais na formação inicial das professoras. Pois, enquanto as docentes com mais de 20 anos de exercício

profissional (Meres e Val) relataram que, em sua formação inicial, o foco da avaliação recaía sobre a aplicação de provas, as professoras com cerca de 7 anos de exercício profissional (Morgan e Nilda) evidenciaram a influência das DCNEIs, pautando-se em um modelo processual e no acompanhamento contínuo das crianças. Assim, essa distinção revela o impacto das orientações curriculares e dos documentos legais na consolidação de uma perspectiva avaliativa mais formativa e alinhada às diretrizes da Educação Infantil.

Nesse contexto, ressalta-se a importância da formação continuada, que, no município investigado, articula estudo de documentos normativos, diálogo entre profissionais e reflexão sobre temas sociais que atravessam a prática pedagógica, reforçando que avaliar envolve observar atitudes das crianças, acolher diferenças e planejar intervenções significativas. Essa prática mantém um foco permanente na avaliação contínua, ancorada na observação, no registro e na reflexão.

As concepções apresentadas se articulam com o ciclo da avaliação mediadora proposto por Hoffmann (2015) em relação ao ciclo interrompido da observação, reflexão e ação pedagógica. Além disso, destaca-se a importância da parceria com a coordenação pedagógica no desenvolvimento do processo avaliativo mediador, reforçando que a avaliação da aprendizagem não se configura como um ato isolado, mas como uma prática que demanda acompanhamento e suporte institucional contínuos.

Desse modo, a análise das práticas pedagógicas das professoras participantes revelou que a avaliação se insere no cotidiano de forma integrada ao planejamento, sustentada pela observação intencional e pela reflexão contínua sobre as experiências das crianças. A observação diária, que abrange dimensões cognitivas, sociais e emocionais, torna-se a base para orientar e flexibilizar o planejamento das professoras participantes. Nesse movimento, os registros assumem papel central, deixando de se limitar a uma formalidade burocrática para constituírem um suporte efetivo à intervenção pedagógica e ao acompanhamento das trajetórias individuais.

Os dados também revelaram intencionalidade e organização na coleta e sistematização dos registros avaliativos. Pois, no que se refere à documentação pedagógica a mesma é compreendida pelas professoras participantes da pesquisa como recurso essencial para tornar visíveis os processos de aprendizagem das

crianças, alinhando-se à visão de Fochi (2021). Assim, o registro documenta as dificuldades, as interações e os avanços das crianças, possibilitando um acompanhamento detalhado fundamental para a elaboração dos relatórios. As docentes participantes evidenciaram uma organização e execução do planejamento em suas práticas pedagógicas que reforça o caráter humanizador e integral da avaliação na Educação Infantil.

No âmbito da prática pedagógica das professoras, o caderno de registro emerge como o suporte físico primordial para as anotações diárias. Embora o estudo tenha apontado uma sobreposição conceitual entre "registro" e "instrumento", a análise revelou que o caderno funciona, na realidade, como um subsídio crucial para a elaboração dos instrumentos formais, como os relatórios e portfólios. É importante ressaltar que, embora existam outras possibilidades de instrumento de registro avaliativo, os instrumentos formais utilizados pelas docentes participantes são o relatório (individual e coletivo, preenchido no sistema online Bravo da Rede Municipal) e o portfólio. Vale destacar que o portfólio, em especial, ao incluir as produções, fotos e atividades das próprias crianças, valoriza as múltiplas linguagens infantis e oferece uma visão da trajetória de aprendizagem, em consonância com a BNCC (2018). O uso desses instrumentos, que inclui o desenvolvimento e as produções infantis, cumpre as diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 1/2024, que enfatizam a necessidade de registros contínuos, individualizados e de comunicação periódica às famílias.

Em síntese, o presente estudo responde ao problema de pesquisa, ao apresentar as perspectivas acerca da avaliação da aprendizagem das professoras pesquisadas, cujo exercício docente se dá no município de Igarassu-PE. A avaliação da aprendizagem é compreendida e exercida pelas docentes como um ato pedagógico, mediador e humanizador, essencial para a garantia do desenvolvimento integral e dos direitos de aprendizagem de cada criança em uma perspectiva da avaliação mediadora. A análise evidenciou uma coerência entre a concepção teórica, a prática pedagógica e o uso dos instrumentos de registro.

Embora a pesquisa tenha alcançado seus objetivos, suas conclusões correspondem ao recorte que foi proposto, contando com a valiosa participação de quatro professoras em duas instituições públicas do município de Igarassu-PE. Assim, considera-se que este estudo abre possibilidades para novas investigações para o

campo acadêmico ao ampliar as discussões sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil a partir das perspectivas das professoras que vivenciam cotidianamente esse processo. Ao evidenciar a centralidade da observação, do registro e da formação continuada na consolidação de práticas avaliativas mediadoras, o estudo reafirma a importância de investigações que articulem teoria, documentos legais e prática pedagógica. Espera-se, ainda, que este trabalho possa subsidiar reflexões em cursos de formação inicial e continuada, bem como inspirar novas pesquisas que aprofundem o debate sobre avaliação na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alane Bezerra de. **A avaliação na educação infantil**: diálogos entre a prática e as orientações curriculares oficiais. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Unidade Acadêmica de Garanhuns, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Garanhuns, 2019. Disponível em: <<https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2025>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025.

AVALIAÇÃO. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL), Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<http://servbib.academia.org.br/dlp/>>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <<https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>. Acesso em: 18 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil: **Resolução CNE/CEB nº 1/2024**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2024. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/parcerias/30000-uncategorised/91211-resolucoes-ceb-2024>>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2018, pp. 35-39.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Contribuições para a Política Nacional**: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto. Brasília, MEC/SEB/COEDI, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12579:educacao-infantil>>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, MEC, SEB, 2010, p. 11-29.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998, vol. 1, pp.58-61.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1996.

CASTRO, Joselma Salazar de; SOUZA, Fabrício Zimmermann. As interfaces da avaliação na Educação Infantil. Santa Catarina, Rev. Zero-a-Seis, 2017, v. 19, n. 36 p.478-492. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2017v19n36p478>>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, Cortez, 1998, ed. 3, pp. 11–21.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. **Concepções sobre avaliação escolar**. São Paulo, Estudos em avaliação educacional, 2008, v. 19, n. 39, pp. 49-64. Disponível em: <<https://doi.org/10.18222/eae193920082469>>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

ESTEBAN, Maria Teresa; LOUZADA, Virgínia; FERNANDES, Ana Cristina Corrêa. **Processos avaliativos e docência na Educação Infantil: diálogos cotidianos**. Curitiba, 2021, Educar em Revista, Curitiba, v. 37. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/tdyqWQM8T7MkSsKVZL3ChQQ/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Brasília, Rev. bras. Estud. pedagog. (online), 2016, v. 97, n. 247, p. 534-551. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

FOCHI, Paulo. **Documentação pedagógica como estratégia de transformação pedagógica: planejamentos e ciclos de comunicação difusa**. In: SANTIAGO, Flávio; MOURA, Taís Aparecida de; et al. **Infâncias e docências: descobertas e desafios de tornar-se professora e professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, cap. 5, p. 139-160.

FOCHI, Paulo. **As mini-histórias como um conceito de narrativa pedagógica**. IN: FOCHI, Paulo; et al. **Mini- histórias: rapsódias da vida cotidiana nas escolas de Observatório da Cultura Infantil- OBECI**. Porto Alegre, Paulo Fochi Estudos Pedagógicos, 2019, p. 11-28.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre, Mediação, 2007, ed. 14.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Qual o significado da avaliação de crianças nas creches e pré-escolas?** Senac, 2015. Disponível em: <<https://www.pe.senac.br/congresso/anais/2015/arquivos/pdf/atlas/Texto2JussaraHofman.pdf>>. Acesso em: 27 de abril de 2024.

IGARASSU. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Igarassu: educação infantil**. Igarassu-PE, 2022.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 165-196.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 195-220.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; et. al. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo**. Porto Alegre: Revista Textos & Contextos, 2007 v. 6, n. 1, p. 93-104. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/1048>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2024.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. São Paulo, Cortez, 22. ed, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. **Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa**. Revista Lusófona de Educação, 40, 139-153. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

MORO, Catarina. **Reflexões Sobre a Avaliação das Crianças na Educação Infantil: Escutas, Olhares, Registros Atentos.** In: CANCIAN, Viviane Ache; et al. **Pedagogias das Infâncias, Crianças e Docências na Educação Infantil.** Brasília, MEC, SEB, 2016, p. 341-349.

PINAZZA, Mônica Appezzato; FOCHI, Paulo Sérgio. **Documentação Pedagógica: observar, registrar e (re)criar significados.** Florianópolis, Revista Linhas, 2018, v. 19, n. 40, p. 184-199. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5965/1984723819402018184>>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

USP-REDEFOR (Rede São Paulo de Formação Docente, 2011-2012). **Os instrumentos de pesquisa mais frequentes na pesquisa de intervenção.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4463430/mod_resource/content/1/Conteudos de 20112012/Modulo 3 2011 2012/Abertura/Os instrumentos de pesquisa mais frequentes.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. **Diferentes aprendizagens do coordenador pedagógico.** IN: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade.** São Paulo, Edições Loyola, 2010, p. 47-60.

VAZ, Sérgio. **Literatura, pão e poesia: histórias de um povo lindo e inteligente.** São Paulo: Global Editora, 2020, 2 ed., p. 18.

APÊNDICE A- Levantamento de trabalhos realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Quadro 1: Banco de Teses e Dissertações da CAPES

TÍTULO	AUTOR(A)	INSTITUIÇÃO	ANO
A Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil: Implicações no Trabalho Docente	Franzoi, Fernanda Pinhelli	Universidade Estadual de Campinas	2021
Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil: Fundamentos Teóricos e Metodológicos	Lemos, Neide Naira Paz	Universidade Federal do Piauí	2019
Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil: Possibilidades e Desafios	Duarte, Rosa Maria De Miranda	Universidade Nove de Julho	2023
A Concepção Docente Sobre o Processo de Avaliação na Educação Infantil em João Pessoa: uma análise na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural	Souza, Valdinelia Virgulino de	Universidade Federal Da Paraíba - Campus João Pessoa	2020
Avaliação da Dissertação da Educação Infantil: Um Estudo De Caso no Município de Presidente Kennedy - ES	Gomes, Hilda Angelica Lima Fontana	Centro Universitário Vale Do Cricaré	2020
Avaliação Na Educação Infantil: do Campo Científico ao Cotidiano Escolar	Souza, Diego Tarcisio Matos de Sousa e	Souza, Diego Tarcisio Matos De Sousa E	2023
Avaliação da aprendizagem: da organização do trabalho pedagógico	Linhares, Francisco Reginaldo	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	2020

ao registro do acompanhamento das crianças no contexto da educação infantil			
Autonomia docente e racionalidade técnica na avaliação da aprendizagem: pesquisa-ação em uma Escola Pública Municipal de Educação Infantil	Dantas, Bruna Renata De Brito	Universidade Federal De Rondônia	2023
Uso da inteligência artificial para a avaliação do processo de aprendizagem da leitura e da escrita na Educação Infantil	Cabral, Nataly Cordeiro De Abreu	Centro Universitário Carioca	2019
O Registro Docente Como Instrumento de Acompanhamento da Aprendizagem: da Educação Infantil ao 1º Ano do Ensino Fundamental	Pereira, Elenice Alves	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	2019
Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil e os Contextos de Vida de Crianças Empobrecidas na Cidade de Vitória-Es	Matiazzi, Shellen De Lima	Universidade Federal do Espírito Santo	2020

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

APÊNDICE B – Roteiro de observação do espaço escolar.

1-Dados de identificação:

- a. Nome da Instituição Escolar:
- b. Horário de funcionamento:
- c. Número de professores:
- d. Número de funcionários:
- e. Matrícula atual:
- f. Número de turmas:

2- Características gerais das instalações das instituições (espaços externos e internos);

3- Características das salas de aula das professoras: organização da sala, número de crianças, disposição de materiais, etc.;

4- Rotina da turma das professoras (explícita e implícita);

5- Organização das crianças na sala de aula (relação entre as crianças);

6- Relações: professora-criança, professora-turma;

7- Registros de avaliação de aprendizagem utilizados pela professora.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com as professoras participantes da pesquisa

1. Dados de Identificação:

- a. Nome:
- b. Formação (graduação, pós-graduação):
- c. Tempo de exercício docente:
- d. Tempo de exercício docente na Educação Infantil:
- e. Turmas que atua no ano letivo de 2025:

2- O que a Sra. entende por avaliação da aprendizagem?

3- E sobre avaliação da aprendizagem na Educação Infantil?

4- Durante sua formação acadêmica, tanto inicial quanto continuada, como era abordada/apresentada a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil?

5- O que a Sra. compreende por avaliação mediadora na Educação Infantil?

6- O que a Sra. acha sobre a documentação pedagógica na Educação Infantil?

7- Comente sobre os instrumentos de registro na avaliação da Educação Infantil.

8- Quais instrumentos de registro que costuma usar para avaliar a aprendizagem das crianças?

9- Descreva como organiza a avaliação da aprendizagem das crianças no seu planejamento pedagógico.

10- Comente como se dá, na prática, a avaliação de aprendizagem em sua/as turma/as de Educação Infantil?

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido



UFRPE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Cumprimento Sr./Sr.^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada “**Avaliação na Educação Infantil: As Perspectivas Teórico-Prática de Docentes**”, integrante do **Curso de licenciatura em Pedagogia**, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo geral: **compreender as perspectivas teórico-práticas de professoras que exercem a docência em instituições públicas de Educação Infantil da rede municipal de Igarassu-PE, acerca da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil**, e será realizada por **Talita Santos Guedes de Moraes**, estudante do referido curso.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista semiestruturada, com utilização de recurso de gravação da entrevista pelo celular, concedida a partir da assinatura desta autorização, e anotação no papel de pontos importantes, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a licenciando/a escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

Consentimento pós-informação

Eu, _____, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do/a participante

Assinatura do/a pesquisador/a